Especial: Plenário da Armada

MOVIMENTO 25 de Abril

boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

Direcção: COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M.F.A.

N.º 17 — 6 MAIO 1975 (Quinzenal) Preço 2$50 * 5.ª DIV./EMGFA Rua da Cova Moura, n.º 1 * DISTRIBUIDO POR "O SECULO"

FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO NO INSTITUTO HIDROGRAFICO — RUA DAS TRINAS, 49 — LISBOA

Editorial

ELEIÇÕES, DEMOCRACIA E PODER POPULAR

A esmagadora participação popular no acto eleitoral de 25 de Abril é, inquestionalmente, uma vitória da aliança Povo-MFA. Porque, através dessa participação maciça — para a qual o MFA apelara — o povo português mostrou a sua vivificante apetência em contribuir de forma activa para a construção do seu destino; porque, votando de forma clara nas forças progressistas, ratificou largamente a opção socialista da revolução.

O que leva a duas constatações também claras, traduzidas em termos de projecto político: há que desenvolver a disponibilidade popular para a participação política; há que avançar sem hesitações na procura de fórmulas avançadas capazes de fazerem a síntese entre o processo eleitoral e o processo revolucionário, na base do entendimento de que este comanda aquele e de que a nossa democracia socialista, se não é a aplicação mecânica de experiências socialistas de outros países, também não será uma adaptação dos esquemas da democracia burguesa. Ou seja: a participação democrática das populações terá de obedecer a um entendimento novo do que é — terá de ser — uma democracia socialista, o que não andará longe da compreensão exacta do que é de facto o actual processo político, e onde se situa a sua originalidade.

Os avanços substanciais na democratização do país resultaram fundamentalmente da movimentação das massas populares, da acção das classes trabalhadoras. É a acção das massas populares, no âmbito da aliança Povo-MFA, que será cada vez mais determinante no desenvolvimento da revolução socialista, na superação das estruturas capitalistas da sociedade actual.

Se a maciça votação popular significou, além do mais, uma inequívoca vontade de participação do povo português no edificar do país novo; em termos do processo revolucionário, há que criar estruturas de participação directa das massas populares na gestão político-administrativa e económica a todos os níveis. O que implica o desenvolvimento dos poderes populares ao nível local e regional, de bairro e de fábrica, no campo e nas cidades. A democracia socialista tem de encontrar fórmulas efectivamente novas, democráticas e pluralistas de participação directa — fórmulas que não sejam a mera transformação dos esquemas das democracias burguesas. Porque a democracia socialista não é votação formal mais nacionalizações, mas sim poder popular determinado pela acção das massas populares e da classe trabalhadora organizada e articulado democrática e revolucionariamente ao nível dos diversos aparelhos de Estado.

A vitória das eleições, a vitória das forças progressistas tem de se saldar, também no campo das estruturas de participação, por novos e importantes saltos qualitativos. Só assim evitaremos de todo que se não possa perder por via eleitoral o que tanto custou a ganhar ao povo português por via revolucionária.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

1. Com a nacionalização das empresas dos sectores de electricidade, petróleo e transportes, com a congelação dos preços de produtos alimentares e com medidas preliminares da Reforma Agrária, o Governo presidido pelo Brigadeiro Vasco Gonçalves deu mais um passo em frente no caminho do Socialismo definido pelo Conselho da Revolução órgão supremo surgido da histórica Assembleia Revolucionária da noite 11/22 de Março.

Consequências lógicas da nacionalização dos Bancos e Companhias de Seguros, as medidas tomadas constituem novo marco na edificação da nossa Revolução.

Electricidade, petróleo e transportes constituem a máquina nervosa da Nação: agora conduzidas pela mão firme dos representantes do Povo irão certamente trazer melhores comodidades para aqueles sectores da população mais desprotegidos. O mesmo se passa com as outras decisões, entre as quais a congelação e reformulação dos preços de certos produtos alimentares.

Frize-se, no entanto, que todas estas medidas só serão eficazes se o Povo se dispuser realmente a levá-las a cabo com firmeza e sem perda de tempo. Para tanto é urgente que as pessoas se convençam que têm de trabalhar duramente e passar alguns sacrifícios, inclusivé o possível racionamento dos bens essenciais. O País tem que aumentar rapidamente a produção destes bens, especialmente os alimentares pois são previsíveis grandes restrições nas importações. A palavra de ordem tem de ser esta: aumento de trabalho para se conseguir o acréscimo da produção dos bens fundamentais. Cada português empenhado na Revolução tem de se mentalizar que vamos entrar num período muito duro, que exige de todos nós o máximo.

Só pelo trabalho, pela austeridade e pela disciplina revolucionária as sensacionais medidas económicas decretadas pelo Conselho da Revolução e pelo Governo Provisório terão êxito.

Congratulamo-nos com a firmeza e inteligência política dos nossos governantes, tendo a esperança que o Povo português, em estreita comunhão com o Movimento das Forças Armadas, consolida a Revolução e caminha decididamente para o socialismo.

2. O primeiro objectivo das Forças Armadas, no actual estádio da Revolução, é sem dúvida a sua defesa e consolidação. Se não soubermos (e pudermos) defender a Revolução de todos os ataques que o inimigo interno e externo certamente nos tentará vibrar, então de nada valerão as valiosas conquistas de cunho socialista já conseguidas noutros sectores da vida nacional, com relevo para a Economia.

São urgentíssimas, portanto, aquelas medidas que visem a democratização cada vez mais sólida das instituições militares, tanto no Exército como na Marinha e Aeronáutica. Neste campo, a Marinha deu o exemplo, tendo reunido em 19 de Abril a Assembleia de delegados que, demonstrou um amadurecimento político notável.

Depois do 11 de Março e das medidas enérgicas tomadas nos campos económico e social teremos de ser cada vez mais exigentes na nossa vigilância revolucionária. As camadas mais desprotegidas da população, os trabalhadores, camponeses, pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, funcionários, estudantes e intelectuais têm os olhos postos no Movimento das Forças Armadas, e, mais concretamente, no Conselho da Revolução. Este órgão supremo terá nos próximos meses (ou anos?) trabalho gigantesco e, de entre as suas preocupações, estará, sem dúvida na primeira linha o problema da defesa da Revolução, isto é da defesa da nossa Pátria.

As ameaças contra-revolucionárias desenham-se tanto interna como externamente e minimizá-las seria insensatez. São os conspiradores que, no estrangeiro, não desarmam, como se prova pelo aparecimento do sinistro

(Cont. na pág. 7)

PELO SOCIALISMO UNIDOS NA DEFESA DA REVOLUÇÃO

Os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte vieram confirmar que a revolução iniciada a 25 de Abril de 1974, corresponde aos justos e profundos sentimentos do povo português.

No entanto e para evitar especulações acerca de triunfalismo ou paternalismo das Forças Armadas, insistimos que não ignoramos que as condições para a vitória e rápido avanço da Revolução, foram criadas pelo povo português, através dos organismos mais progressistas que o representam, os partidos, que na clandestinidade ti-fascista e ainda pelos povos que nas colónias portuguesas em África lutavam pela sua independência.

É pois nesta perspectiva que entendemos a união povo-MFA, que se vai consolidando com um esclarecimento mútuo, objectivo e constante, dando a todos, meios para se libertarem dos factores que tendem a perpetuar uma dominação, quer sejam de natureza económica, social, política ou Religiosa. E não é concerteza percorrendo o país em todos os sentidos, juntamente com o povo defendendo a Revolução, constituindo uma vida política, descobrindo os meios para a construção do futuro, que se pretende instituir uma ditadura militar que por esta via seria pelo menos original...

É com uma visão clara do número de analfabetos que possuímos, do número de habitações, creches e hospitais que não existem, da desigualdade económica, ideológica e alimentar que separa os portugueses, da colonização a que estão sujeitas as nossas mulheres, que pretendemos uma distribuição justa do produto social do nosso trabalho. Os passos dados nesse sentido e os que se lhes seguirão, indicam que tipo de sociedade queremos; uma sociedade onde respostas a questões como estas e outras, que resolvam os problemas básicos de um país profundamente distorcido e alienado, dando a todos os portugueses as mesmas oportunidades, para que todos, povo, se possam dizer é o nosso objectivo. O tempo necessário para o alcançarmos depende da velocidade que os portugueses quiserem imprimir à Revolução. Esta velocidade está condicionada à nossa produtividade, que depende da nossa atitude perante o trabalho; surge então a proposta do "mais trabalho". É evidente que não se pode pedir mais trabalho a um camponês que trabalha de sol a sol; para ele terá de haver a garantia de um preço para o que produz. O que podemos concerteza reclamar é melhor trabalho aos que não se encontram responsabilizados pela Revolução. Pensamos haver por vezes lugar à reinvidicação por melhores condições de trabalho, mas isso não deverá ser elemento desmobilizador, porque então deveremos somar aos portugueses que de facto não têm trabalho, muitos outros milhares que trabalham passivamente. Então o trabalhar melhor irá conduzir ao trabalhar mais sem aumento de horas.

Outra acção revolucionária a realizar com urgência é o saneamento. No entanto existem alguns problemas delicados com ele relacionados; quando os que alimentam a contra-revolução deixam de estar sob a vigilância que o enquadramento nos empregos assegura, ficam potencialmente aliciáveis para engrossar forças do tipo "libertação nacional"; por outro lado os saneados que continuam a receber vencimentos, constituem uma massa improdutiva a viverem à custa da colectividade. Pensa-se que o saneamento terá significado quando for consequente de uma rejeição, tomada colectivamente, aos que não estão interessados e dificultam o processo que não poderá ser interrompido. Uma atitude de construção revolucionária derrotará os que não se submeterem à vontade democrática do povo.

Certos inimigos da Revolução portuguesa, introduzem nos seus computadores os parâmetros em uso noutros países, a fim de obterem as respostas para uma eficaz manobra contra-revolucionária; contudo estas não têm sido satisfatórias porque existe um elemento novo e fundamental que foge às avaliações clássicas; é que as forças armadas que normalmente defendem a classe exploradora, em

(Cont. na pág. 7)

ALGUNS ESCLARECIMENTOS SOBRE O RELATÓRIO DO "11 DE MARÇO"

A Comissão de Inquérito para o 11 de Março esteve presente recentemente numa mesa redonda sobre esses acontecimentos e sobre o Relatório recentemente aparecido. Nessa mesa redonda interveram o coronel Pereira de Carvalho, o comandante Mendonça e o primeiro-sargento Rolim.

Pelo interesse de que se revestem as declarações proferidas, passamos a transcrever algumas passagens que, pela sua importância, podem ajudar a melhor interpretar e completar o Relatório Preliminar sobre o 11 de Março.

Pergunta — Qual a extensão efectiva do golpe tanto quanto é possível conhecê-lo neste momento? Além dos indivíduos presos e das forças já directamente conhecidas como implicadas, haverá outras que possivelmente também o estejam?

Resposta — Para responder a essa pergunta é preciso primeiro fazer notar que esta Comissão de Inquérito trabalhou pelo menos até agora, em circunstâncias de premência, uma premência que advém por várias causas entre as quais aquela de querer de facto um relatório que fosse apresentado a quem de direito em tempo oportuno. Durante pouco mais de um mês conseguiu-se obter cerca de um milhar de depoimentos, parece-me que é um trabalho exaustivo. Evidentemente que o Relatório não é definitivo, tal como o seu título indica. É um Relatório Preliminar e portanto estará sujeito a rectificações, e com certeza será bastante ampliado no Realatório Definitivo. Quanto à extensão do golpe, por agora é muito difícil de determinar. Temos de facto a noção concreta que o golpe não se resumiu às operações que toda a gente viu e tem conhecimento; haverá outras forças por trás, haverá outros implicados, haverá outras organizações com certeza. Só quando estes trabalhos chegarem ao seu termo, se poderá definir com clareza qual será a extensão do golpe e quais as forças que intervieram nele. Por agora temos o que está aqui e mais algumas indicações que por enquanto de maneira nenhuma podemos expor porque seria inconveniente tanto para o seguimento do inquérito como poderiam até dar ideias erradas para o público, o que não é a nossa intenção de maneira nenhuma.

Perg. — Quando calcula que poderá aparecer o relatório definitivo, e consequentemente quando poderá realizar-se o julgamento dos implicados?

Resp. — Bom, quando poderá aparecer o relatório definitivo, prazos, é impossível marcar. E se este relatório preliminar saiu dentro deste prazo, foi porque a própria Comissão entendeu que deveria ser apresentado. Quanto ao Relatório Definitivo, dependerá evidentemente de tudo quanto for apurado e for sendo objecto de investigação.

Perg. — E quanto a julgamentos?

Resp. — Quanto a julgamentos não é de maneira nenhuma da competência desta Comissão. O julgamento só o poderá efectuar como toda a gente vê, quando houver tribunal constituído e isso depende do Conselho da Revolução.

Perg. — E, qual é o estado da elaboração dos processos?

Resp. — Quanto aos processos, muitos já estão concluídos e serão enviados a tribunal logo que o tribunal esteja constituído. Dos outros, também à medida que forem sendo concluídos serão enviados a tribunal rapidamente. Quanto à situação das pessoas que estão detidas e que constam da lista dos implicados, também uma relação e umas fichas da sua situação foram já enviadas para o Conselho da Revolução para que o Conselho da Revolução decida da sua situação daqui para a frente.

Perg. — Dentro da cronologia relativa à execução do golpe, tal como é descrita neste Relatório, o primeiro dia em que aparecem exactamente descritas operações, é o dia 8 de Março. No dia 9 segundo se lê também, foi dado conhecimento ao ex-general Spínola daquela invejentada "matança da Páscoa". Portanto no dia 11 desencadeia-se efectivamente o golpe contra-revolucionário. Eu gostaria de perguntar como é que explica esta rapidez de actuação, e como terá sido possível em tão curto espaço de tempo desencadear a operação?

Resp. — Da leitura do Relatório e da análise do discurso do ex-general Spínola, concluiu-se facilmente que este golpe já tinha uma preparação que vinha de longa data. Quanto ao discurso pode-se situar pelo menos em Janeiro a sua elaboração. Por outro lado temos as provas concretas de que houve determinados contactos e atribuídas missões anteriormente. Posso citar o capitão da GNR Lopes Mateus que recebeu a sua missão cerca de 15 dias antes. Não há dúvida que tudo isto se começa a processar com o próprio discurso de renúncia do general Spínola o que se refere no Relatório, e a partir daí toda aquela preparação que veio referida, propícia a criar um ambiente psicológico que favoreça aderências. Há uma preparação realmente determinada, isto não foi uma "inventona" como muita gente diz. Isto foi um golpe preparado com mestria até. Simplesmente o desenrolar dos acontecimentos, é essa a sua pergunta, porque é que havendo informações no dia 8 se começa a processar rapidamente o golpe, isso tem outra explicação. Essa explicação resulta, como vem também expresso no Relatório, de uma manobra de resposta dos próprios contra-revolucionários, porque houve a informção, como vem referido, de que se preparava um golpe contra-revolucionário; antes que pudessem ser validadas essas informações eles tinham que desencadear apressadamente o golpe antes que se pudessem efectuar as prisões que se impunham nessa situação. Houve realmente uma preparação com bastante antecedência, nós não estivemos muito preocupados em focar toda essa preparação tanto mais que há muitos pontos que precisam de ser esclarecidos e aprofundados, e o ir a público determinadas informações que nós temos, iriam dificultar o prosseguimento do inquérito. Mas como prova evidente tem o discurso do ex-general Spínola, tem a missão atribuída ao capitão da GNR Lopes Mateus que eu já lhe referi que foi atribuída 15 dias antes, e tem até a própria euforia que reinava nos agentes da PIDE-DGS, portanto "adivinhavam" que qualquer coisa se ia passar. Isto só prova realmente que há uma troca de informações permanente entre o exterior de Caxias onde eles se encontram de um modo geral, e os agentes da PIDE-DGS, que estão ao corrente do que se vai passando para entravar o nosso processo de democratização e para tentar derrubar a nossa jovem Democracia.

Perg. — Parece haver um certo desiquilíbrio entre o número que podemos considerar elevado de implicados, e as operações efectivamente desencadeadas. Será assim, e se é como se explica esse facto?

Resp. — Bom, aparentemente isso poderá parecer, mas realmente se nós fizermos uma análise mais atenta sobre os anexos em que está, por exemplo, no anexo 10, o plano de operações, poderemos verificar que o RAL1 era o detonador da operação como vem referido, portanto uma vez que o RAL1 tivesse sido dominado, seguir-se-iam outras acções militares. Tudo isso revela realmente os meios e portanto a quantidade de implicados que aparecem teriam outras funções no decorrer das operações que felizmente não chegaram a concluir.

— Eu queria acrescentar o facto de não haver da parte do pessoal menor, sargentos e praças nomeadamente, uma receptividade a um contra-golpe reaccionário. De 25 de Abril de 1974 até hoje, passou um ano, ano esse durante o qual as praças e os sargentos perceberam perfeitamente o que ganharam com o 25 de Abril e o que tem a perder se o 25 de Abril se perdesse. De maneira que, além das razões já aqui aventadas, há mais esta — é que de facto eles esperavam que o pessoal, como havia oficiais, portanto assente numa hierarquia qué desejamos caduca, que as pessoas iam todas a correr na contra-revglução. Isto não se passou de facto. Já decorreu um ano, e as pessoas foram adquirindo uma maior consciência do seu papel, até dos seus interesses de classe.

Perg. — O que entende a Comissão pela expressão **Implicado?** Quais os diversos graus de responsabilidade?

Resp. — A implicação, eu reportava-me aqui a uma definição que é dada no Relatório Preliminar, no anexo 1 — e que diz o seguinte: "É importante esclarecer que para a Comissão de Inquérito, o termo **implicado** supõe uma intervenção directa ou indirecta no 11 de Março. Não significa portanto qualquer juízo de valor que só ao Tribunal Militar Revolucionário compete. Houve que fazer um critério, definido pela Comissão de Inquérito e aprovado pelo Conselho da Revolução que para o própria Comissão ter uma norma, a partir da qual conseguisse colocar respectivamente os indivíduos de acordo com o grau variável de responsabilidade".

Perg. — Os graus poderão variar desde o indivíduo que pegou em armas e as disparou até...

Resp. — E não é só isso, até o indivíduo que vai perfeitamente logrado, demagogicamente logrado, porque os contra-revolucionários utilizaram-se até do 25 de Abril, da pureza do 25 de Abril, alguns até alegavam que iam a favor do COPCON, etc. Portanto é natural que o critério, como todos os critérios, tenha aqui e além pequenas falhas.

Perg. — O indivíduo que tenha tido conhecimento mas que não tenha participado na preparação ou na execução do golpe também pode ser considerado implicado?

Resp. — Nós temos é que averiguar qual foi o grau de interveniència dos diversos indivíduos neste golpe contra-revolucionário. Não nos podemos esquecer, e eu peço especial atenção e até compreensão mesmo de indivíduos que estão presos neste momento, para um problema que eu considero de extrema importância. Houve um golpe contra-revolucionário. Não foi uma "inventona". E é bom que toda a gente se mentalize para isto — houve feridos, morreu um homem, poderiam ter morrido muitos mais. Poderia ter havido uma carnificina neste país. O MFA está firmemente decidido a levar por diante o seu processo com a aliança do Povo-MFA e todas as forças progressistas que quizerem realmente integrar-se e ajudar a reconstrução nacional. Não podemos de maneira alguma alhearmo-nos a esta situação. A Comissão de Inquérito procura isentamente definir o grau de interveniència das pessoas que estão ou foram envolvidas no próprio processo. É dentro desta óptica que a Comissão de Inquérito tem trabalhado, tem procurado ser o mais imparcial

(Cont. na pág. 7)

DONATIVOS PARA AS FORÇAS ARMADAS

Donativos, produto do "Dia Nacional de Trabalho", foram enviados ao M. F. A. a fim de serem utilizados em obras de interesse colectivo. Continuemos, neste número, a publicação da lista de donativos recebidos, o produto dos quais se destina ao Programa de Dinamização Cultural em curso. O dinheiro do povo, ao povo retorna.

Transporte	1 933 217$40
Carlos Alberto Costa Ferreira — Darque — Viana do Castelo	40$00
David Antônio Ratada — S. Tiago — Rio Maior — Santarém — Borba	330$00
M.ª Oliveira — Empregada da Firma Sexte a Dingo, L.da — Bairro Minho II — Vila Nova de Famalicão	110$00
Manuel Antônio Vítor — Colos	240$00
Joaquim Gomes Vilaça — Aldeia do Sol — Calendário	55$00
Mário Vieira da Rocha — Freguesia de Monfortinho	3 000$00
Mário Vieira da Rocha — Freguesia de Monfortinho	3 100$00
Antônio da Silva Neves Travessa — Travessa Fornos de Salvaterra de Magos	900$00
Mário José Lourenço — Rio Seco — Faro	200$00
José de Sousa Quintas — Areal Gordo — Faro	270$00
Mário Peres Rodrigues — Calçada dos Barbadinhos, 211	210$00
Alcada e C.ª L.da — Travessa Licínio Carvalho, Ap. 41 — Ovar	1 462$50
Funcionários da Firma Central — Av. Conselheiro Fernanda Sousa, 19-1.º	510$00
Crispin da Silva Reis — Santiago do Cacém	150$00
Leonel Raposo Nogueira — R. 1.º de Dezembro, 8-1.º — Santiago do Cacém	1 625$00
José Guerreiro dos Santos — R. Dr. Mário Pais de Sousa, 14 Esq.º — Santiago do Cacém	200$00
José Antônio — Escatelares — Santiago do Cacém	690$00
Vendedores de Peixe do Mercado de Santiago do Cacém — Santiago do Cacém	1 260$00
João Santana — Santiago do Cacém	200$00
Armando Simões (Motorista) — Tábuas — Miranda do Corvo	166$50
Carlos Simões (Motorista) — Chão de Lamas — Miranda do Corvo	166$50
Mário Pinheiro Barracha — R. Nova, 9 — Benavente	160$00
Antônio Dias — Santiago do Cacém	200$00
Antônio Maria das Neves — Ponte Seca — Santiago do Cacém	200$00
Firma Reis e Simões — Sardoal	1 203$00
Pessoal do Hotel Serra — Luso	700$00
Avelino Fernando Magalhães — S. Miguel do Couto — Santo Tirso	130$00
Antônio Oliveira Nobre — Casal do Mato — Carapinheira — Montemor-o-Novo	468$00
Inácio Martinho — Sobral de Monte Agraço	120$00
Maria Luísa Almeida — R. Dr. Joaquim Jardim, 21-1.º — Figueira da Foz	200$00
Luís Teixeira Silva — Rua das Escolas, 145 — Milheiros — Maia — Oliveira de Frades	640$00
Central — Av. Conselheiro Fernanda de Sousa, 19-9.º Piso — Lisboa	665$00
Florinda dos Santos Sousa — Rua Rechensa, 1 A — Canelas — Vila Nova de Gaia	150$00
Manuel Francisco Martins — Dermalzinho — Correio de Cachopo — Loulé — Algarve	500$00
José da Costa Ventura — Odemira	150$00
Alfredo Antônio Campos — Monte Feio	3 670$00
João Francisco Rodrigues e Irmão, L.da — Montemor-o-Novo	2 615$20
José Maria Vidó — Brinches	800$00
Maria Luísa Reis da Silva Santos — Setúbal — Parque Escolas 67	300$00
Belmira da Silva Gomes — R. Ferreira Lemos — Santo Tirso	138$00
Maria Nunes Correia — Vilarinhos — S. Brás Alportel	100$00
Grémio Lavoura Alpiarça — Alpiarça — Largo José Simões, 2	112$00
José Maneiros Vaqueiro — Barracão — Caldas Monchique	150$00
Filipe Rocha Sequeira — L. Rep., 1 A-1.º E — Alcochete	1 900$00
Manuel Antunes — Eléctrica S. A. R. L. — Bairro Vila Nova Famalicão	130$00
Manuel Sousa — Lugar de Lagões — Bairro da Vila Nova Famalicão	540$00
Francisco Carvalhais — Inamuscas	160$00
Isaura Cunha — Golegã	90$00
Amaral Luís — Deixa-o-Resto — S. André — Santiago do Cacém	200$00
Manuel Jerónimo Campino — Funchais — São Brás de Aportel	150$00
José Reis Nunes — Benquerenças — Odemira	210$00
Cândida Guadalupe Brito — Av. Dr. Oliveira Salazar, 34-2.º Esq.º — Lida-a-Velha	120$00
Secção Adm.ª CICA 2 — R. do Pinhal — Figueira da Foz	180$00
António Francisco Pereira — Edifício Filosela — Fogueteiro	672$50
Domingos Conceição Quaresma — Alto do Marquês Zambujal — Santana — Sesimbra	171$00
António Francisco — Fazenda do Joaquim das Folhas — Estrada Atalaia — Montijo	160$00
José Encarnação Gonçalves — Odemira	260$00
Albino Matos de Faria — Táxtil Eléctrica — Bairro Vila Nova — Famalicão	120$00
Vitorino Neves Carvalho — A. C. Tróia — Setúbal	5 000$00
Vitorino Neves Carvalho — A. C. Tróia — Setúbal	1 446$00
Santiago e Nunes Pires, L.da — Lagafe de Cima — Vouga	1 140$00
Maria Emília Salgado, operária da firma Madeira e Pereira — Bairro Vila Nova — Famalicão	127$00
Laura Lopes Ramos — Praça 8 de Maio, 56 — Figueira da Foz	70$00
António Ferreira Lopes — Barreiro — S. João da Ponte	1 750$00
Cerâmica Bonfim, L.da — Av. do Brasil, 154-r/c. Esq.º — Lisboa	1 834$60
Câmara Municipal de Arganil	1 000$00
Empregadas da Firma Testa e Cunha, L.da — Aveiro	2 820$00
Joaquim de Sousa — Aveiro	100$00
Henrique Mendes dos Santos — Aveiro	300$00
João Vito Pina — R. D. Sancho I, 15-1.º Esq.º — Almada	110$00
Inês Ribeiro Azevugado, Felizarda Perpétua, Antónia Rosa Serafim e Carminda Mariana Gervásio — Torrão — Alentejo	480$00
Júlio António Vicente, Norberto Sobral, Manuel Luís, José Antônio dos Santos e um grupo de trab. em nome de Francisco Casimiro da Silva — Cumeadas — Santiago do Cacém	635$00
Armando Antônio Botelho — Vale Verde — Alentejo	100$00
José Guerreiro dos Santos — Santiago do Cacém	100$00
José Joaquim Sousa Tomás — Lousada	100$00
Talhantes e vendedores de hortaliças do Mercado Municipal — Santiago do Cacém	1 780$00
José André Leitão — Sobreiro — Mafra	136$00
Jerónimo Araújo — Boavista — S. Torcato — Guimarães	200$00
Alberto Jesus Silva — R. Capitão Alfredo, 436 — Guimarães	220$00
Pessoal da Cooperativa Agrícola do Caima — Macieira da Cambra	1 370$00
Manuel Ferreira Maia — R. Oliveira Júnior — S. João da Madeira	175$00
Basílio José Agostinho — Alportel — São Brás de Alportel	138$00
Joaquim Coelho — Lugar dos Cardosos — Caldas de Vizela	180$00
Maria da Glória Oliveira Lima — Lugar das Rosas — S. Marinho do Campo — S. Tirso	127$50
Gabriel Coelho Dias — Estrada de S. Bento — Caldas de Vizela	316$00
Laura Ferreira Fernandes — Lugar das Barrocas — Moreira de Cónego	127$50
Maria Engrácia Gonçalves Neto — Lugar de Lamoças — Roriz — S. Tirso	127$50
José Neto Camelo — S. Mamede de Negrelos — S. Tirso	125$00
Maria Guiomar Marques Pereira — R. Vasco Pires, 32 — Portimão	55$00
A transportar	1 989 529$10

Realizou-se no passado dia 19 de Abril, no Auditório da Escola Naval a primeira reunião da nova Assembleia do MFA da Armada. Com a presença de oficiais, sargentos e praças. A reunião foi presidida pelo Almirante Pinheiro de Azevedo (CEMA), ladeado pelos outros membros do Conselho da Revolução (Armada). Pela importância política, no pós-11 de Março, publicamos as principais intervenções, feitas no decorrer da Assembleia.

PRIMEIRO PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA DO MFA DA ARMADA

PROCLAMAÇÃO

A nova Assembleia do M. F. A. da Armada constituída por oficiais, sargentos e praças, reunida em 19 de Abril de 1975 declara que orientará as suas actividades segundo os princípios já emanados do Conselho da Revolução, em especial:

1. Reconhecimento do carácter socialista da Revolução Portuguesa, entendendo-se como tal o caminho firme no sentido da passagem do modo de produção capitalista para a colectivização dos meios de produção terminando com a exploração do homem pelo homem.

2. Na ordem política interna, a constituição de um sistema pluripartidário formado pelas forças políticas verdadeiramente interessadas na Revolução Socialista de forma a garantir:

a) A construção do Socialismo.
b) A defesa eficaz do processo revolucionário.
c) As liberdades democráticas.

3. Na ordem política externa, a garantia de uma total Independência Nacional de acordo com os princípios da não ingerência nos assuntos internos das Nações e de uma ampla solidariedade com todos os Povos do Mundo em particular com os de língua Portuguesa.

4. Na Armada, seu fortalecimento no sentido de:

a) Sua inteira colocação ao serviço dos interesses da grande maioria do Povo Português tornando consequente a aliança POVO-M. F. A.
b) Sua democratização na construção de uma disciplina consciente e revolucionária baseada na igualdade de oportunidades de acesso e na hierarquia da competência.

A Assembleia do M. F. A. da Armada

MFA PRINCÍPIOS IDEOLÓGICOS

Há alguns anos, em tempos especialmente difíceis, um escritor português, Fernando Namora, referia a luta do povo pela liberdade:

O nosso companheiro
já não é rodizio
já não é um luxo
já não é pretexto
já não é baraço
já não é balão
já não é trampa
que se põe no lixo
.....
e aos companheiros digo
que venham daí comigo

48 anos de fascismo. 14 anos de guerras coloniais. 32 % de analfabetos. 10 % de população emigrada. Milhares e milhares de morotos e inválidos de guerra. Índices sanitários dos mais baixos da Europa. Problemas dramáticos de habitação. Economia desastrosa. Prestígio internacional nulo. Repressão. Tortura. Censura. Corrupção.

Foi neste clima de tragédia que na madrugada de 25 de Abril o MFA e o Povo iniciaram a árdua caminhada para a construção de sociedade socialista em Portugal.

Democratizar. Descolonizar. Desenvolver.

Não tem sido fácil o caminho. Nem será fácil o futuro.

E está em jogo a vida de 9 milhões de homens, mulheres e de crianças que vivem na terra portuguesa.

E está em jogo a vida de muitos milhões que aqui nascerão.

E a pergunta nasce intensa.

Que futuro queremos para os portugueses?

A resposta do MFA é bem clara e firme. Queremos dignidade, justiça, paz, fraternidade com todos os povos do mundo.

Queremos caminhar livremente pelas ruas, lavrar os campos, reencontrar os mares e os rios e as montanhas e trazer pela mão confiantes os nossos filhos. Queremos o Socialismo em Portugal. Vivemos uma hora de responsabilidade extrema. O fascismo caiu politicamente por força do MFA. Não foram as massas populares através da luta armada que o derrubaram.

E deparamo-nos com uma situação nova na história dos povos com o fascismo afastado do poder político, mas ameaçador e um povo despolitizado sem os quadros e a experiência que uma luta longa e dura teria fermentado.

Situação que impõe uma análise correcta do processo revolucionário, uma acção bem determinada para despertar a lucidez social e a vontade política de camadas cada vez mais alargadas do Povo, uma compreensão profunda da responsabilidade das Forças Armadas na construção da sociedade portuguesa.

O MFA propõe ao Povo Português o caminho para o Socialismo. E desde logo define o Socialismo como o sistema político no qual os meios de produção, a riqueza criada pelo trabalho, estão ao serviço das classes trabalhadoras. Apenas ao serviço das classes trabalhadoras.

E sem ambiguidades, afirme que a liberdade do indivíduo apenas é possível no socialismo. *A liberdade no Socialismo.*

E recusa o sistema capitalista, de exploração do homem pelo homem, incluindo a sua forma mais enganadora, a democracia burguesa, que procura, através da alienação dos valores humanos, prosseguir essa exploração, recuperando o sistema.

A transição para o socialismo em Portugal implica efectuar a análise das realidades económicas, sociais e políticas do País, colocar a economia ao serviço dos trabalhadores, os quais procurarão formar cada vez mais aperfeiçoadas de organização que lhes permita o controle político do aparelho de Estado.

Sabemos bem que herdámos do fascismo uma sociedade profundamente viciada o que implica uma acção inteligente que permita que a transição para o socialismo se efectue com a participação o mais ampla possível do povo português.

O facto de o fascismo português ser, porventura, o mais estéril, o mais atrasado, o mais feudal dos fascismos, poderá proporcionar-nos a possibilidade de construir uma sociedade sem graves convulsões. Poderá!

O que defenderá em primeira análise, da capacidade do MFA em democratizar as Forças Armadas, tornando-as disciplinadas, eficientes e esclarecidas politicamente abandonando modelos clássicos de Forças Armadas e construindo-se num efectivo apoio à reorganização social e à reconstrução do país.

E, simultaneamente, da capacidade política das classes trabalhadoras que deverão encontrar formas democráticas de organização, aglutinando-as com o MFA na procura de soluções para os problemas do Povo Português, numa linha de cooperação com todos os povos do mundo, garantindo a independência nacional.

Oa nossos objectivos são:

— Democratização das Forças Armadas;
— Reestruturação das Forças Armadas;
— Participação das forças políticas populares, cada vez mais ampla, no processo revolucionário;
— Desenvolvimento económico e social;
— Cooperação com todos os povos do mundo;
— Apoio à cooperação com os países de língua portuguesa;
— Indepêndência nacional;
— Firmeza na caminhada para o socialismo.

Saudamos todos os Povos do Mundo.

Viva Portugal.

PRIMEIRO ANO DA REVOLUÇÃO

A história do ano que passou sobre o 25 de Abril é a história da evolução acelerada da correlação de forças políticas em Portugal, fundada no reforçamento constante da unidade Povo-MFA. Tal correlação que se inicia a 25 de Abril como favorável às forças antifascistas está, no presente momento, a desenhar-se na sua forma final: a da superioridade das forças socialistas. Forças socialistas estas que se viram ao longo deste ano implantar e crescer à medida que o Povo e MFA, frente a uma prática política de que tiram todos os ensinamentos, vão reconhecendo a opção socialista com a única capaz de responder aos mais legítimos anseios do Povo Português.

Vale hoje a pena tentar, do ponto de vista do MFA, o balanço político deste ano histórico que tão profundamente veio marcar os destinos do Povo Português e que teve um eco inegável no mundo.

O 25 de Abril assinala já o virar de uma página da história. Para trás ficam 48 anos de fascismo, 13 anos de guerra colonial, meio século de exploração desenfreada e de perseguições impiedosas; mas também meio século de luta heróica do Povo Português que nunca se vergou ao regime criminoso de Salazar e Caetano. Para a frente, iniciava-se a era das liberdades fundamentais reconquistadas, dava-se fim à guerra colonial e iniciava-se a descolonização, um Portugal finalmente livre e digno abria-se ao Mundo.

Um ano passado damos os primeiros passos seguros no caminho que nos há-de conduzir ao Socialismo.

O Movimento das Forças Armadas, componente essencial do processo revolucionário português, que se constituia antes de 25 de Abril para o derrubamento do fascismo evoluia muito após esta data, cumprida gloriosamente aquela missão, e é hoje o garante e o motor do processo de construção do Socialismo em Portugal.

A guerra colonial, o crescimento da resistência popular ao fascismo, o desprestígio da carreira militar e o isolamento internacional estão na origem do Movimento das Forças Armadas, que ultrapassou rapidamente a fase reinvindicativa de carácter profissional para assumir consciência política e concluir pela necessidade do derrube do regime fascista.

Na primeira fase o MFA é politicamente tímido e pouco definido, aos sectores que lideraram a reivindicação de carácter profissional basta-lhes a perspectiva política que António de Spínola avança no Portugal e o Futuro. Porém é o sector politicamente mais preparado, que elabora o Programa do MFA traçado já numa perspectiva anti-monopolista e é este programa que após pequenas alterações acaba por ser adoptado pelo Movimento.

A adesão das massas populares ao Programa do MFA especialmente manifestada na grandiosa jornada popular do 1.º de Maio, contribuiu decisivamente para a afirmação do carácter progressista do Programa do MFA e deste modo impedir que o sector liderado pelo ex-general António de Spínola pudesse conduzir o processo segundo as suas teses marcadamente conservadoras.

Assiste-se portanto a uma longa luta entre a tendência conservadora do MFA e a sua tendência progressista. O ex-general Spínola empreende sucessivas tentativas para reduzir o MFA a um fantasma sem corpo, procura tomar para si o poder, procura ser o único intérprete do programa, tenta coarctar a corrente progressista, encabeçada pela Comissão Coordenadora do Programa.

Porém o prestígio do MFA é de tal ordem, o reconhecimento nacional e internacional do seu carácter progressista é tão forte que se torna impossível desautorizar a corrente progressista que verdadeiramente o encarna, por outro lado as massas populares emprestam um tal dinamismo ao processo e aceleram a formação da consciência política dos militares que se vai sucessivamente clarificando, de tal modo que o sector progressista do MFA assume efectivamente a direcção política do processo, que culmina com a derrota do ex-general a 28 de Setembro.

Se até ao 28 de Setembro se pretendeu travar dentro do MFA uma luta pela direcção política do processo, a partir do 28 de Setembro vamos assistir a uma ampla luta que opõe um MFA politicamente mais homogéneo em estreita aliança com o Povo contra a parte ainda conservadora das Forças Armadas em ligação com as forças políticas reaccionárias, luta que tem o seu último episódio no 11 de Março com a vitória das forças progressistas e o início do controle por estas do poder económico.

Podemos assim caracterizar as diferentes etapas por que o Movimento das Forças Armadas passou até agora. Antes do 25 de Abril o MFA é politicamente tímido no que respeita às opções e perspectivas políticas a médio e longo prazo, mas está claramente definido e mobilizado para a necessidade de derrubamento do fascismo.

Após o 25 de Abril desenham-se no MFA duas correntes uma conservadora apoiada no prestígio do ex-general Spínola e dum sector das Forças Armadas e outra progressista conduzida pela CCP e apoiada no enorme prestígio conquistado pelo MFA e na adesão popular.

A corrente progressista vai clarificando as suas perspectivas políticas, vai ganhando cada vez maior número de militares para a via socializante, vai alargando o MFA, lança um movimento de esclarecimento interno envolve no processo os sargentos e as praças desarticula a máquina de guerra fascista, inibe os sectores reaccionários e conservadores das Forças Armadas de tomarem a iniciativa.

Pelo agudizar-se da luta clarificam-se as posições; e a opção socialista como razão de ser da revolução portuguesa torna-se cada vez mais a perspectiva política da corrente progressista do MFA.

O 28 de Setembro afirmou a hegemonia da interpretação progressista do programa e da perspectiva socialista no seio do MFA, passando ele a dirigir claramente o processo político. Não tem ainda, porém, a força para impor o controle do poder económico, de Estado.

A luta contra o poder económico monopolista que pretende por todos os meios travar ou fazer retrogradar a revolução, mais acelera a politização dos militares. A formação política das Forças Armadas é nalguns casos tão rápida e profunda que surpreende por vezes os oficiais mais conscientes e melhor preparados politicamente, a dinâmica do processo é bastante superior à que a direcção política do MFA seria capaz por si só de lhe imprimir e em certos casos mesmo de prever.

Verificamos assim a enorme importância e o contributo imenso dado

(Cont. na pág. 4)

PRIMEIRO PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA DO MFA DA ARMADA

(Cont. da pág. 3)

pelas massas populares organizadas para o desenrolar do processo. Mas o MFA é ele próprio agente-dinamizador do processo conseguindo sempre superar-se a si próprio demonstrando assim as suas potencialidades e a sua capacidade revolucionária nos momentos de maior dificuldade e crise.
A aliança POVO-MFA e a sua colaboração profunda, manifestando-se no sucessivo despertar das potencialidades revolucionárias e na sua rápida concretização, emprestam à revolução portuguesa uma grande originalidade.
É nesta luta contra o sector económico monopolista que se clarifica a perspectiva política do MFA e que são ganhos para a via socializante amplos sectores de sargentos e praças; este alargamento do MFA aos sargentos e praças vai ser determinante para a vitória do 11 de Março. Com esta vitória desaparecem as ambiguidades no sector político e as forças progressistas podem assumir o controle do poder económico e a opção socialista do MFA aparece agora claramente com o apoio cada vez mais unânime e consciente das Forças Armadas. Se até ao 11 de Março era tarefa dos sectores mais esclarecidos conquistar todo o MFA para a opção socialista, neste momento é tarefa do MFA conquistar todas as Forças Armadas para a opção socialista, aquela que serve verdadeiramente os interesses do povo português e que poderá responder aos seus legítimos anseios e aspirações.
O MFA ainda não esgotou todas as suas potencialidades revolucionárias e energias internas, a integração agora franca e aberta dos sargentos e praças nas suas estruturas trazem-lhe novas potencialidades e energias, consolidou-se ainda mais a aliança com o Povo; e afasta-se cada vez mais a possibilidade de travagem do processo bem como de divisão interna das Forças Armadas.
Neste momento apesar de todas as feridas e dificuldades as forças Armadas caminham para uma rápida integração no espírito do MFA, para uma efectiva democratização por intermédio das estruturas associativas e das próprias estruturas do MFA, para uma disciplina consciente e para uma hierarquia de competência, transformando-se em Forças Armadas verdadeiramente ao serviço da Revolução e do Povo Português.
As forças políticas progressistas dispõem dos instrumentos necessários ao controle da economia portuguesa. Apesar de todas as lutas, dificuldades e sacrifícios que nos esperam, as perspectivas, de o MFA em aliança com o Povo, continuar a conduzir pelo caminho certo a nossa Revolução para o Socialismo, são as melhores.

AS FORÇAS ARMADAS, A SOCIEDADE E A HISTÓRIA

"A história da força armada resume com uma espantosa clareza toda a história da sociedade civil."

Uma análise com um mínimo de prospecção de caracter político, social, económico e cultural, relativa ao anterior regime, conduz inevitavelmente ao conhecimento de realidades tão negras e regeitáveis quanto são destituídas de qualquer fundamento aprovável no âmbito da mais elementar justiça social e humana.
Comprovadamente se sabe que as FA numa sociedade capitalista sã na realidade um reflexo da classe de origem dos elementos que as compõem.
No caso concreto de Portugal, durante décadas de opressão e obscurantismo foram os filhos da classe oligárquica aliados a sectores radicais da pequena e média burguesia, sedentos de poder e riqueza, que pontificaram na base da divisa do "eu quero posso e mando".
Os sargentos e praças, na sua maioria oriundos do povo trabalhador e analfabeto, ingressavam nas fileiras na vã tentativa de fugirem a uma vida de fome e escravidão. Apanhados nas malhas duma sociedade repressiva onde os valores humanos nada valiam, sem cultura e vontade próprias, presos à sobrevivência de cada dia, facilmente se tornaram nas cabeças dóceis e braços decididos, tão do agrado dos superiores hierárquicos de então.
Por origem de classe, pelo íntimo conhecimento que possuiam dos problemas e dificuldades do povo, por convicção democrática demonstrada por mais de uma vez no campo da luta por uma vida melhor, foram os sargentos perseguidos e afastados, até a classe se tornar num instrumento mais do regime implantado em 1926.
A instauração do regime fascista em Portugal, representa assim, a progressiva marginalização dos sargentos, que pouco a pouco viu reduzida a sua importância dentro da orgânica militar. Duas razões determinaram essa marginalização: desconfiança política perante uma classe de grandes tradições e um clima de antagonismos entre oficiais e sargentos, impedindo a existência de laços de solidariedade e propósitos comuns.
A medida que o fascismo caminha no tempo, grandes contradições se vão gerando no seio das FA. A disciplina torna-se imposição, o respeito mútuo transforma-se em coação duma classe sobre a outra; o espírito colectivo dá lugar ao individualismo e a divisão entre elementos da mesma classe chega a ser desolador. Por outro lado, as situações de privilégios e prepotência dos chefes militares afectos a Salazar atinge o auge quando as FA são atiradas para o horror da guerra colonial.
Ao atingirmos o ano de 74 o fascismo está de rastos. Basta um reduzido número de jovens oficiais, para lançar as bases dum novo Portugal.
Apesar do 25 de Abril ser à partida, um Movimento essencialmente de oficiais, já hoje não pode ser considerado como tal, pois tanto os sargentos como as praças, o tomaram como seu, assegurando na base o apoio necessário para as medidas tornadas necessárias à passagem dum processo anti-fascista, para outro revolucionário e pré-socialista.
Identificando os seus interesses de militares conscientes com os do povo a que pertencem, a classe, tem vindo progressivamente a organizar-se e desenvolver-se, de modo a justificar a sua integração nos órgãos do Movimento.
Assim, quando o 11 de Março chegou já nos encontrou na primeira fila, dispostos a travar o passo à reacção. Juntos com as praças e oficiais progressistas ao lado do povo, ameaçado pela sanha do capital monopolista e seus vassalos, pensamos ter contribuído de certo modo, para a defesa da Revolução Portuguesa e para formas sociais mais avançadas.
Se o 25 de Abril se tornou necessário para retirar o poder político do controlo dos monopólios, o 11 de Março permitiu atacar directamente o poder económico do capital monopolista e latifundiários. As medidas já tomadas, como primeira fase para a abolição da propriedade privada dos grandes meios de produção, é a melhor garantia a quaisquer golpes contra-revolucionários e à irreversibilidade do processo revolucionário em curso, a caminho duma sociedade socialista onde tenha acabado duma vez para sempre, a exploração do homem pelo homem.
Analizadas algumas permissas históricas e particulares, que levaram as FA à tomada de consciência e posição face à construção, já anunciada, do socialismo em Portugal, importa sobremaneira uma reestruturação profunda de métodos e mentalidades, especialmente nos sectores de oficiais, sargentos e praças ainda não integrados no espírito revolucionário do MFA, de modo a obter-se uma verdadeira consciência de classe, como trampolim para uma Armada mais forte e mais unida.
Se hoje a atitude dos militares do MFA representa um factor fundamental e decisivo na vida política portuguesa, no futuro, exige-se que sejam as FA no seu todo, os defensores primeiros da sociedade para que agora avançamos decididamente.
— A sociedade constrói-se no campo, nas oficinas, mas também nos navios e nos quartéis. Diria mesmo, que aqui, se joga a verdade e a pureza do nosso Processo Histórico.
A História não se repete, no entanto, temos bem presente que umas FA despolitizadas, sem estruturas associativas dinâmicas e disciplinadas, são o campo ideal para a reacção e de que esta muitas vezes se serve, quando os privilégios da classe minoritária estão em perigo e coincidem na vida civil e militar. A tragédia do Chile é a prova mais concreta e que convém nenhum de nós esquecer.
Os passos já dados nos campos da democracia política e económica demonstram por um lado, um salto qualitativo nas concepções políticas dum número cada vez maior de militares, e por outro, no alargamento da base de apoio à Revolução, oferecido pelos sargentos e praças, a acreditarem que o socialismo ao acabar com as classes exploradoras, com os incompetentes, com os parasitas e com FA mercenárias ao serviço de quem mais paga, é a única realidade possível. Nesta nova ordem social onde cada um se situa segundo os seus méritos e não, segundo a classe de origem, os estratos mais numerosos das FA (sargentos e praças) identificados na luta com as massas populares, pelo fim dos antagonismos de classe, serão na prática mais uma força produtiva até se dissolverem no seio do próprio povo, pois estarão criadas condições ideiais para a apaz e justiça social.
Mas, convém perguntar: o que é o socialismo?
Exposto à exploração, à miséria e às privações, o povo acalentava desde há séculos um sonho de liberdade. Havia de chegar o dia em que pusesse um termo à servidão do homem pelo homem, o dia em que cada um fosse igual ao seu vizinho, o dia em que todas as riquezas, todos os frutos do trabalho humano pertencessem aos trabalhadores.
Durante largo tempo os homens não souberam como realizar este sonho. O socialismo como ciência e a experiência prática dos homens, trouxeram a resposta e indicaram as vias reais para transformar o velho mundo e construir uma nova sociedade.
O que distingue a solução socialista de todas as outras, é que ela faz desaparecer a causa da divisão da humanidade em ricos e pobres, em opressores e oprimidos.
Terras, fábricas, bancos, meios de comunicação, grandes empresas que pertenciam antes aos grandes capitalistas e latifundiários, tornam-se propriedade de todo o povo.
Os trabalhadores tomam em suas mãos o seu próprio destino.
Tudo isto faz, com que a revolução socialista ora apontada no nosso caminho, meta medo em todos aqueles que não querem perder os seus privilégios, durante tantos anos assentes no sangue suor e lágrimas de milhões de seres humanos como nós.
A nós militares, interessa pois, clarificar a todo o momento a nossa actuação e qualificação, nos campos da disciplina; espírito de unidade; cultura objectivâmente humanista; espírito de sacrifício que se impõe; perante a certeza de que o inimigo principal — a reacção organizada, vinda ora da direita, ora da extrema-esquerda — tentará outro e outro golpe, até à sua base material desaparecer para sempre do nosso país.
Isto, meus senhores, só será possível pela via do socialismo científico.

Para bem de nós todos.
Para bem da nossa Armada.
Para bem do Povo a que pertencemos.
Para bem de Portugal e dum País livre e finalmente Independente.

Viva Portugal

ANÁLISE DA ARMADA
1. Intervenção de um oficial

1. As conclusões alcançadas no plenário do MFA da Armada, realizado em 30 de Novembro de 1974, vieram confirmar que na fase actual da sociedade portuguesa a missão fundamental da Armada era de naturesa política posto que era necessário garantir os processos de democratização e descolonização em curso e também participar nesses processos levando-os à concretização dentro de um espírito de unidade do povo português.

Por outro lado, vieram pôr em evidência que a satisfação destas necessidades implicava naturalmente a democratização da Armada a executar, porém, em subordinação aos seus condicionamentos específicos e necessariamente sem prejudicar a sua operacionalidade e a sua capacidade de intervenção.

2. Consequentemente, para a consecução destes objectivos foram então definidas as seguintes linhas orientadoras:

a. *Tendo em vista a democratização*

(1) Alargamento do MFA à grande maioria dos oficiais, sargentos e praças, aumentando a sua base social e contribuindo assim para a unidade Forças Armadas-Povo;

(2) Desenvolvimento do associativismo e convívio fomentando o aparecimento de estruturas associativas;

(3) Promoção de campanhas de informação, esclarecimento e formação política e cultural nas unidades;

(4) Melhoria da instrução cívica nas escolas e unidades militares;

(5) Afastamento a todos os níveis dos elementos antidemocráticos, corruptos e não idóneos moralmente;

(6) Atribuição às Forças Armadas de missões cívicas a desempenhar em íntima colaboração com o povo;

(7) Publicação de directivas para interpretação do modo de aplicação da actual legislação (RDM) nos pontos em que colide com os princípios democráticos.

b. *Para assegurar a eficiência*

(1) Funcionamento dos centros de decisão de acordo com o processo evolutivo;

(2) Reestruturação das Forças Armadas tendo em atenção as suas missões militares-políticas e cívicas;

(3) Definição clara das missões militar, política e cívica das Forças Armadas durante o período de excepção;

(4) Criação de uma disciplina consciente;

(5) Identificação entre a hierarquia formal e a hierarquia da competência;

(6) Instrução em novos moldes visando a formação do militar e do técnico, útil ao seu país após o serviço militar;

(7) Administração correcta dos meios materiais e humanos;

(8) Prioridade de meios, no aspecto militar, às unidades de força;

(9) Elaboração de legislação adequada ao actual processo (novo RDM e novo CJM);

(10) Eliminação do "part-time" nas Fojças Armadas;

(11) Simplificação da máquina burocrática e eliminação das teias burocráticas;

(12) Reorganização, saneamento e definição da missão das forças militarizadas, de modo a evitar o uso de

(Cont. na pág. 5)

MFA
SENTINELA DO POVO
CAMPANHA DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL - ACÇÃO CÍVICA

MOVIMENTO
boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS
25 de Abril

PRIMEIRO PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA DO MFA DA ARMADA

(Cont. da pág. 4)

forças militares em pequenos problemas de ordem e segurança pública.

3. Decorridos cerca de cinco meses sobre a aprovação destas linhas de orientação parece oportuno fazer o ponto da situação. Neste sentido, no que se refere especificamente aos resultados alcançados nos diferentes aspectos condicionantes mais significativos há a assinalar o seguinte:

a. *Relativamente à democratização*

(1) ALARGAMENTO DO MFA — Tem vindo a processar-se por integração sucessiva, naturalmente condicionada pelo imperativo em manter a homogeneidade da linha a seguir, de modo a impedir a infiltração de elementos oportunistas que possam entravar o processo.

Considera-se que os resultados alcançados são razoáveis e que a evolução poderá ser muito favorável desde que se mantenha o actual esforço de dinamização interna.

(2) ASSOCIATIVISMO — Os resultados desde já alcançados são muito importantes mas todo o processo enferma ainda de alguns defeitos resultantes não só do seu próprio desenvolvimento como ainda do reduzido interesse por ele manifestado por amplas camadas da hierarquia.

Há pois que dinamizar todo o processo pois dele depende a sobrevivência da revolução em curso.

(3) DINAMIZAÇÃO INTERNA — Tem vindo a ser progressivamente melhorada prevendo-se que a curto prazo poderá atingir nível amplamente satisfatório.

(4) INSTRUÇÃO — Em fase de apreciação e desenvolvimento o seguinte esquema básico:

Todas as praças imediatamente a seguir à incorporação frequentarão uma Instrução Militar Básica compreendendo formação militar, cívica e física, actualização das habilitações literárias e cultura naval básica.

Ao ingressar nos Quadros Permanentes, a praça frequentará um curso de um ano de duração onde será aperfeiçoada a sua formação militar e técnica. A aprovação neste curso constituirá uma das condições de promoção a cabo.

Serão programados vários cursos, postos à disposição das praças dos Quadros Permanentes ao longo da sua carreira naval, versando matérias não só de carácter militar-naval como de cultura geral. Constituirão um meio de valorização pessoal e de apoio nos esforços para o progresso na carreira naval.

Alguns cursos, especialmente os de cultura geral, serão do tipo "por correspondência" por só assim poderem servir a totalidade dos interessados.

A promoção a sargento será alcançada mediante a frequência de um curso de formação onde terão lugar preponderante as matérias referentes a formação militar, condução do pessoal, instrução do pessoal e cultura geral e naval.

A promoção a oficial poderá ser alcançada por duas vias:

— Pela frequência normal da Escola Naval pelos sargentos e praças que alcançarem um nível adequado de cultura geral dentro de determinado limite de idade;

— Pela frequência, em sargento-ajudante, de um curso de formação de oficiais, não eliminatório, a realizar na Escola Naval.

(5) SANEAMENTO — O 11 de Março veio demonstrar que não tinha sido executado adequadamente. Importa portanto corrigir urgentemente esta deficiência procedendo ao afastamento dos elementos, a todos os níveis, que fique demonstrado não serem integráveis no processo.

b. *Relativamente à eficiência*

(1) CENTROS DE DECISÃO — Têm vindo a caracterizar-se por uma certa apatia resultante em parte de condicionamentos em pessoal. É porém urgente que se transformem em polos dinamizadores do processo em curso.

(2) UTILIZAÇÃO DE FORÇAS — No que diz respeito às forças, os condicionamentos de pessoal e de manutenção do material ainda existentes e as missões impostas pelo processo de descolonização fazem com que os meios presentemente disponíveis para outras missões sejam muito escassos.

Importa no entanto rever desde já os critérios de utilização e preparação desses meios de modo a assegurar a sua coerência com os condicionatismos do processo político em curso e, tendo em vista o futuro, prosseguir com o estudo, interessando nele todos os níveis, da reconversão da Armada para as missões que, de acordo com os interesses nacionais, lhe virão a ser atribuídas.

(3) DISCIPLINA — Tem vindo a melhorar progressivamente mas está ainda longe do nível que é indispensável alcançar.

Este objectivo poderá ser atingido pela planificação colectiva dos trabalhos, pela gestão participada nas decisões que poderem sê-lo e pela firmeza e inflexibilidade na actuação e aplicação desta metodologia, que terá sempre obrigatoriamente por base a competência profissional crescente de cada um dos participantes.

Verifica-se, porém, que alguns sectores da hierarquia — oficiais e sargentos — pelo facto de não cbmpartilharem do ideário do MFA, por falta de compreensão ou por oportunismo actuam de modo a não se comprometer, reforçando assim a quebra de autoridade que em alguns casos ainda se tem verificado.

Importa portanto solucionar com a possível urgência este problema procedendo, se necessário, ao afastamento dos que se verifique não serem integráveis no processo.

4. O que fica exposto permite concluir que para situar adequadamente a Armada no processo evolutivo em curso se torna necessário e urgente actuar no sentido seguinte:

a. Prosseguir com o esforço de dinamização interna em curso;

b. Dinamizar o associativismo;

c. Reestruturar os centros de decisão de modo a assegurar a sua acção como polos dinamizadores do processo;

d. Reforçar a situação disciplinar criando condições que levem a uma disciplina consciente recorrendo para o efeito ao associativismo, participação das bases na elaboração de legislação, instrução cívica nas escolas e unidades e esclarecimento contínuo a todos os níveis;

e. Rever a utilização dos meios disponíveis tendo em vista satisfazer necessidades urgentes impostas pelos condicionalismos políticos vigentes e dinamizar os estudos em curso tendo em vista a reconversão da Armada — forças, material e pessoal — para as missões que em face dos novos interesses nacionais lhe serão atribuídas;

f. Promover um esforço progressivo de melhoramento da eficiência das unidades de força (navais e de fuzileiros) através da realização de adequado programa de exercícios individuais e de conjunto.

ANÁLISE DA ARMADA
2. Intervenção de um marinheiro

(ASPECTOS ASSOCIATIVOS: POLITICOS E MILITARES)

Inicialmente deveríamos fazer apenas uma análise parcial sobre um dos aspectos da Armada, o aspecto militar. Entendemos no entanto que seria duma inocência muito grande da nossa parte, esquematizar o que pensamos sobre a actual situação militar da Armada, sem nos debruçarmos também sobre outros 2 aspectos que achamos serem fundamentais, o associativo e o político.

Começaremos pois por falar primeiro do Associativismo.

Com o 25 de Abril, o MFA ao iniciar o processo de liquidação do fascismo, dando assim eco às lutas que o Povo português desencadeou contra a ditadura ao longo de 48 anos, abriu para as praças da Armada, amplas perspectivas de estas verem realizadas na prática uma das aspirações pela qual durante tantos anos tinham lutado, o direito de reunião e associação.

Assim e apesar das dificuldades que todos conhecem, que iam desde a falta de maturidade associativa e política das praças, até à atitude pouco favorável de alguns comandos em relação à democratização da Armada, que logo a seguir ao levantamento militar vitorioso de Abril, começam a verificar-se em muitas unidades, "reuniões", "sessões de esclarecimento", etc. Estas reuniões piloto, com todas as suas deficiências viriam dar origem à formação das primeiras Comissões de Bem Estar, que teriam aliás legislação adequada no despacho do chefe do Estado Maior da Armada em Outubro do ano findo.

Mais tarde, verificada a inoperância associativa das CBE/s nesta sua fase de arranque, cedo foi compreendido não só pelos sectores mais esclarecidos das praças, como pelos próprios oficiais do Movimento, a necessidade de se criar uma estrutura associativa de praças, que pudesse a curto prazo constituir o elo de resposta consequente da classe aos desafios históricos que se lhe iam pondo cada vez com maior acutilância, sendo de salientar a nossa própria organização associativa e a integração da classe a curto prazo nas estruturas do MFA. É neste contexto que surge a CDAP.

Inicialmente a medo, aos ziguezagues, com avanços e recuos, o processo associativo das praças acabou por se ir desenvolvendo em proporção directa com o desenvolvimento do próprio processo revolucionário. Hoje, as CBE/s têm já um funcionamento regular satisfatório e a CDAP é uma realidade que ninguém poderá ignorar. Gostaríamos de salientar para uma compreensão mais correcta da problemática associativa da nossa classe, a realização do 1.º Grande Plenário Geral de Praças da Armada, organizado pela CDAP nos dias 2 e 3 do corrente. Para quem ainda tivesse dúvidas, sobre o grau de responsabilização das praças no processo de democratização da Armada, ou que confundisse associativismo com hierarquias paralelas, este Plenário veio provar de forma inequívoca, que as praças da Armada saberão estar com o seu Povo, com o MFA, pelo avanço do processo revolucionário em curso.

Ainda antes de passarmos às questões militares da nossa armada, abordaremos embora duma forma sucinta um dos aspectos sobre o qual consideramos ser essencial ter ideias bem claras e definidas, o aspecto político. São conhecidas por esta Assembleia as opções políticas das praças da Armada, nomeadamente através da sua PROCLAMAÇÃO aprovada no 1.º Plenário da classe e amplamente divulgada por todas as unidades. É preciso no entanto acrescentar mais alguma coisa, sobretudo para quem não percebeu ainda, os objectivos políticos a que nos propomos, organizados com os oficiais e sargentos progressistas não só da Armada, como também do Exército e Força Aérea e com o Povo a que pertencemos. Entendemos que o capitalismo e os monopólios não têm futuro no nosso país. Assim o quer o Povo trabalhador, assim o queremos nós, filhos directos do Povo e das classes trabalhadoras. Assim o defendeu o MFA, de que fazemos e queremos continuar a fazer parte, quando levou a cabo as recentes nacionalizações da banca e dos seguros, de algumas indústrias produtivas básicas, dos transportes, etc. No entanto, não nos iremos iludir com os êxitos revolucionários resultantes da derrota das forças reaccionárias na intentona fascista de 11 de Março. O fascismo, o capitalismo e o imperialismo acabam de sofrer golpes mortais, vislumbrando-se já a sua agonia final. Apesar de tudo, a reacção continua a espernear, esgrimindo desta vez novos argumentos e novas tácticas.

As praças associadas com os oficiais e sargentos progressistas nas Comissões de Bem Estar, e organizadas em torno da CDAP e do MFA, em estreita aliança com o povo a que pertencem, saberão cumprir a sua missão. Por nós, a reacção na Armada não passará.

Falamos sobre associativismo e política. Falaremos a seguir sobre alguns aspectos da problemática militar.

É claro para toda a gente que o 25 de Abril e a queda da ditadura fascista trouxe reflexos inevitáveis nas estruturas militares. Mas cuidado, também não é menos verdade, e facilmente nos apercebemos disso, quando ouvimos da parte de alguns sectores da hierarquia o argumento de que a democratização da Armada arrasta consigo crises de direcção, crises hierárquicas e disciplinares dificilmente controláveis, etc., a existência e a manifestação de interesses e tendências inconfessáveis. Não vamos discutir agora duma forma exaustiva os conceitos que esses sectores têm sobre esta questão. Vamos isso sim, afirmar que nós praças da Armada, também sabemos o que queremos quando se toca neste assunto.

Seria dum optimismo desenquadrado das realidades pensarmos que com a nova situação democrática que se começou a viver no país e na Armada, tudo continua na mesma. É uma realidade e até logo após o 25 de Abril, que os antigos conceitos de hierarquia, disciplina e eficiência militar, começaram na generalidade a ser contestados, não só pelas praças, isto é importante que fique claro, como também por largos sectores das classes de sargentos e oficiais. Antes porém, de esclarecermos a nossa posição sobre as questões de hierarquia e disciplina, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre a nova missão das Forças Armadas e no nosso caso específico da Armada. Nem pode ser de outra forma. Pretender abordar quaisquer questões sobre disciplina e hierarquia sem ter em conta a nova missão das Forças Armadas, agora na defesa da democracia ao lado do Povo trabalhador, é incorrermos num erro grave de apreciação em nada favorável à nossa tarefa de reforço na prática da aliança revolucionária entre o Povo e o MFA.

Todos nós sabemos que ontem as Forças Armadas portuguesas das quais a Marinha faz parte estavam ao serviço directo da meia dúzia de famílias que oprimiam o povo português. Estavam ao mesmo tempo seriamente comprometidos com a guerra de exploração e opressão, que o fascismo e o colonialismo português aliados ao imperialismo estrangeiro, impunham aos povos amigos de África. Hoje porém a situação é diferente. Através dum longo processo de evolução, a que a luta revolucionária dos povos das colónias e do povo português não é alheia, as Forças Armadas deixaram de ser a partir de 25 de Abril uma instituição militar ao serviço do grande capital nacional e estrangeiro, para assumirem uma missão revolucionária, a defesa dos legítimos interesses do povo a que pertencem. Elas são hoje um dos principais garantes da libertação dos povos das colónias, e da liberdade e da independência do povo português. É preciso no entanto sermos claros no que respeita à opressão do Povo português durante estes 48 anos. É verdade que as Forças Armadas foram durante este meio século um dos principais instrumentos de repressão e opressão sobre os trabalhadores portugueses e os povos de

(Cont. na pág. 6)

IMPRENSA MILITAR

No seguimento do 1.º Plenário de Praças da Armada, a CDAP (Comissão Dinamizadora das Praças da Armada) editou agora o seu Boletim na sua maior parte dedicado ao Plenário. Insere ainda artigos sobre associativismo, eleições, brio militar e profissional, Assembleia do MFA da Armada e uma referência ao 25 de Abril. É esta pequena nota que transcrevemos:

A UM ANO
DA 1.ª MADRUGADA

Após um ano da madrugada do 25 de Abril, muitas outras se lhe têm seguido para garantir as liberdades democráticas, conquista que essa madrugada iniciara. Algumas ficarão na História! Como 28 de Setembro e 11 de Março. Destas, tão discutidas, saberemos toda a verdade quando for possível. As outras, são como as que se vão seguir para continuar a garantir, ao Povo Português que os compromissos assumidos em 25 de Abril e todo o processo revolucionário que um ano nos fez avançar, para construir uma sociedade justa. Não pára até ao socialismo desejado.

Estamos a dias de cumprir mais uma vitória! — As eleições. A reacção, não deixará, de fazer mais uma das suas jogadas, com os meios que encontre disponíveis.

Para além de outros a falta de consciência política de sectores da população portuguesa, que é, manobrável, outra parte que se diz povo, mas consciência que o não é, não descansará para perturbar esta data histórica.

Povo-MFA em aliança inquebrável estará uma vez mais ao serviço da revolução, em avante pelo socialismo constituindo a força suficiente para que todo o poder reaccionário possa ser esmagado e, levar a fim mais uma tarefa, manutenção da ordem para, o exercício do primeiro voto livre que o 25 de Abril ao Povo Português deu direito.

A reacção não se infiltrará.

1º RUMO

Nota da Redacção: 1.º GRANDE PLENÁRIO DE PRAÇAS da ARMADA

Recebemos os n.os 4 e 5 do Boletim do MFA em Moçambique "MOVIMENTO E REVOLUÇÃO". Pela sua importância e actualidade transcrevemos parte do artigo intitulado:

FORÇAS ARMADAS — ANALISE CRITICA

introdução

Alguns elementos das Forças Armadas conservam todas as espécies de concepções não actuais e resultantes de uma educação defeituosa característica do passado. Isto estorva consideravelmente a aplicação da linha justa do Programa do MFA e das

resoluções políticas do Governo Provisório. Se não forem eliminadas ou combatidas tais concepções, esses elementos das Forças Armadas Portuguesas serão seguramente incapazes de cumprirem todas as tarefas que lhes cabem no processo de descolonização e na construção da democracia em Portugal.

(...)

o democratismo excessivo

Hoje fala-se muito na democratização das Forças Armadas. Há, contudo, certas tendências para uma espécie de falso ou excessivo democratismo que advoga o "centralismo democrático das bases ao topo", "a discussão prévia das questões nos escalões inferiores e só depois é que vem a decisão dos chefes", "o exagero do conceito de representatividade só por eleição geral", etc.

Como combater esta influência? Sob o ponto de vista teórico é necessário assinalar que o perigo do falso demo cratismo está em prejudicar e até mesmo destruir a nossa organização militar, enfraquecer a capacidade e o espírito de missão e relaxar a disciplina.

A sua origem pode situar-se na aversão individualista pela disciplina que não se coaduna com a estrutura colectivista militar onde a disciplina é fundamental. Sob o ponto de vista orgânico, torna-se urgente assegurar uma democratização centralizada. Para tanto recomenda-se:

Os órgãos superiores devem definir uma linha de rumo correcta e encontrar soluções para os problemas de modo a prestigiarem-se;

Devem conhecer bem a situação nos escalões inferiores, de modo a disporem de uma base objectiva para dirigir correctamente;

Devem comportar-se de acordo com o que declaram, para terem credibilidade e aceitação;

Seja em que escalão for, nenhum problema deve ser resolvido superficialmente;

Todas as decisões de certa importância devem ser logo transmitidas aos órgaõs inferiores e, sempre que possível, aos executantes;

Por outro lado, todos devem sempre analisar em detalhe as directivas superiores, para compreender completamente o respectivo conteúdo, propósitos, objectivos, etc.

. o espírito subjectivista

Alguns elementos das Forças Armadas estão fortemente imbuídos de subjectivismo, o que é muito prejudicial quando se trata de analisar situações e provocar decisões. Uma análise subjectivista e uma directiva também subjectivista, desembocam necessariamente ou no oportunismo ou no aventurismo. Igualmente as críticas subjectivistas, os propósitos apaixonados e não isentos, bem como a suspeição mútua e desconfiança, geram frequentes querelas sem princípios e minam a disciplina. As falhas pessoais, desde que não estejam relacionadas com erros de base, não se torna necessário nem convincente criticá-las demasiado, pois causam acintes e levam ao empolamento das faltas menores. Isto pode levar à intimidação, à cautela em excesso e à perda da indispensável capacidade de iniciativa e decisão.

Para eliminar estes contratempos, o essencial é educar todos os responsáveis de tal maneira que as suas concepções tomem uma orientação científica e política. Para tanto, é preciso: ensinar a fazer análises dos problemas e estudos de situação objectivos; pôr de parte os factores subjectivos na resolução dos problemas.

a mentalidade individualista

Para alguns elementos das Forças Armadas prevalecem as tendências individualistas face aos princípios de colectivismo que deviam reger os seus actos e que se manifestam da maneira seguinte:

Espírito de vingança — Há elementos que sendo sujeitos a crítica, mesmo que justa, por um seu camarada, procuram vingar-se fora ou dentro do serviço.

Ora um tal espírito provêm de considerações pessoais. Eles desconhecem os interesses da classe e os de conjunto. Não se aperceberam de quem é o inimigo. Actuam como um ácido corrosivo, enfraquecendo a organização na sua unidade, coesão e eficácia.

Particularismo — Manifesta-se pela consideração exclusiva dos interesses do seu grupo desprezando os interesses gerais. Realmente isto não visa interesses pessoais, mas na realidade trata-se de uma manifestação de individualismo dos mais característicos. Este espírito exerce também uma forte acção dissolvente e desagregadora. O espírito de "grupo", infelizmente, esteve sempre presente na nossa organização e é fundamental fazer todos os esforços para minimizar os seus efeitos e a pouco e pouco eliminá-lo.

Mentalidade de mercenário — Continuamos a ter elementos que não se compenetram de que, hoje, as Forças Armadas são um instrumento necessário ao cumprimento das tarefas da revolução, à concretização do programa do MFA e à construção de uma sociedade mais igualitária e mais justa. São também um elemento essencial à concretização do processo de descolonização. Não compreendem que eles próprios são uma força motora da revolução; imaginam que são só militares amorfos, responsáveis face aos superiores, quanto a tarefas puramente militares, e não perante os compromissos políticos do país. Esse espírito passivo, comodista, de autêntico mercenário, constitue outra manifestação de individualismo. É indispensável um trabalho de mentalização do pessoal dos quadros, por elementos conscienciazados.

Espírito de lucro pessoal e primazia dos prazeres — Há militares que manifestam o seu individualismo pelo gosto exagerado dos prazeres, pela vida mais fácil e pelo espírito de lucro, procurando a todo o custo colocações cómodas nas grandes cidades, onde possam arranjar outras actividades rentáveis e encontrar todos os tipos de diversão e conforto. O que mais lhes desagrada é trabalhar em locais isolados do interior, onde as condições de vida são difíceis.

Resistência passiva — Alguns, assim que as coisas não vão a seu contento, tornam-se passivos, recusam-se a trabalhar, procedem com excesso de zelo, resistência passiva, etc. A razão essencial é a falta de ética profissional e consciencialização política; no entanto, acontece por vezes que isso se deve ao facto de alguns chefes agirem de maneira inadequada quanto à solução de problemas disciplinares, divisão do trabalho, à falta de respeito pela dignidade das pessoas, desinteresse pela formação dos homens, sua educação, etc.

conclusões

As contradições, mais usuais, da nossa organização resultam de velhas concepções:

Uma atitude puramente militar, que provoca uma compreensão incorrecta na nossa missão;

Um democratismo excessivo, que pode vir a contribuir para a quebra da disciplina, enfraquece a capacidade militar e o espírito de missão;

O subjectivismo, que provoca análises apaixonadas e estudos menos objectivos, dando origem a oportunismo, aventurismo, suspeição e desconfiança mútuas e querelas que minam a coesão e a unidade;

O individualismo, contrário ao espírito de corpo em que gera vinganças, particularismos, mentalidade de mercenário visando lucros e prazeres, resistências passivas de vária ordem, etc.

Todas estas concepções devem ser eliminadas para se atingir um melhor cumprimento da nossa actual missão, para garantir a coesão e unidade das Forças Armadas, alicerce indispensável da manutenção das conquistas já alcançadas e das que se pretendem atingir.

PRIMEIRO PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA DO MFA DA ARMADA

(Cont. da pág. 5)

Angola, Moçambique, e outros territórios. Mas nós praças da Armada, embora sem fugirmos às nossas responsabilidades, sabemos hoje melhor do que nunca, que as Forças Armadas portuguesas protegiam o fascismo, o colonialismo, o grande capital monopolista português e estrangeiro, precisamente porque a sua hierarquia estava subordinada aos interesses dos grandes senhores das fábricas e dos campos deste país. É fundamentalmente por isso, é porque sabemos esta realidade, que não podemos confundir a totalidade das Forças Armadas, a grande massa de oficiais, sargentos praças com a sua hierarquia comprometida com o fascismo, que falamos hoje na necessidade dum novo conceito de disciplina e hierarquia adequadas à nova missão das Forças Armadas, ao novo espírito democrático que as vem norteando, como elemento preponderante da revolução portuguesa. Mas, que fique bem esclarecido, ao falarmos na nova hierarquia, não contestamos o princípio da autoridade, da disciplina e da eficiência, reivindicamos isso sim, que se comande não com a estupidez e a arbitrariedade, não com o servilismo para com os interesses do capital. Não queremos a indisciplina, mas sim, uma nova disciplina em que os que cumprem vêm nos chefes pessoas de confiança e com competência; em que os que comandam vêem nos que executam, seres humanos que também têm cabeça para pensar. Queremos enfim uma hierarquia e uma escala de valores em que de baixo para cima e de cima para baixo, todos, desde o grumete ao almirante, executem as suas tarefas, não para servir os interesses de meia dúzia de parasitas, mas sempre mais e melhor para defesa do povo português e do Portugal livre, democrático e independente que estamos a construir.

A Armada, grandes questões se põem em relação ao futuro. Portugal tinha uma Marinha que em pouco ou nada ficava a dever à inoperância. O Povo português, hoje exige uma Marinha renovada, democratizada e voltada para a defesa intransigente dos seus verdadeiros interesses.

As tarefas vão ser difíceis e os sacrifícios enormes. Mas devemos ter confiança, quando pusermos ombros à construção no plano interno duma Armada eficiente, disciplinada, um corpo iminentemente cívico, uma arma do Povo e para o Povo, quando no plano externo pudermos garantir ao povo português, que ao longo de toda a costa marítima, estaremos vigilantes e não permitiremos a entrada no país do invasor estrangeiro.

Antes de terminarmos, gostaríamos ainda de dizer alguma coisa sobre o futuro da revolução que estamos a viver. Em Portugal atravessa-se hoje um momento histórico particularmente agudo. Dum lado da barreira estão os reaccionários, o que ainda está de pé do poder dos monopólios e dos latifúndios, e todos os agentes da reacção nacional e internacional. Do outro está o Povo, o MFA e as forças democráticas mais consequentes.

O processo revolucionário desenvolveu-se e muitos daqueles que há um ano se afirmavam democratas, não passavam afinal de reaccionários encapotados. Nós praças saberemos distinguir onde estão os nossos interesses, os interesses do povo, e de que lado estão os reaccionários e os seus agentes.

Ontem na luta contra o fascismo, e hoje pela consolidação da sociedade democrática, a nossa classe saberá responder aos desafios que lhe são feitos.

Organizados nas nossas estruturas associativas, saberemos distinguir em cada momento concreto o inimigo principal do inimigo secundário. Em torno da CDAP, não iremos dar oportunidade a que as forças reaccionárias nos enganem, como fizeram com os nossos camaradas que atacaram o RAL 1. Como se disse, o processo revolucionário é já irreversível. Garantem-no as massas populares e as forças políticas verdadeiramente democráticas em estreita união com as Forças Armadas.

As praças da Armada estão confiantes que à sua atitude será adicionada a tomada clara e inequívoca dos oficiais e sargentos progressistas dos três ramos das Forças Armadas. Em estreita e cada vez mais indestrutível aliança com o Povo trabalhador a que pertencemos, tudo faremos para consolidar o estado amplamente democrático com vista à conquista do Socialismo.

O MFA em Angola num louvável esforço de manter informados os militares portugueses tem editado vários textos. Apresentamos "fac-similes" de algumas edições do MFA em Angola:

AS FORÇAS ARMADAS INFORMAM:
AVANÇAR SEMPRE!
textos
AS FORÇAS ARMADAS INFORMAM
PROGRAMA de POLÍTICA ECONÓMICA e SOCIAL

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

(Cont. da pág. 1)

ELP; é o grande capital internacional que, neste momento, tem certamente recrutado os seus agentes em Portugal; são certos movimentos ditos "autonomistas" que vão surgindo nos Açores, na Madeira e até no continente; são os saudosistas do anterior regime, encapotados por alguns partidos com demasiado apetite eleitoralista; são as sabotagens económicas e financeiras que procuram ao transe o caos e o descrédito da jovem democracia socialista portuguesa.

Para se vencerem estes e outros inimigos é necessário que as Forças Armadas e o Povo caminhem de mãos dadas, com passos firmes e fortes. Torna-se indispensável que o Exército a Armada e a Força Aérea sejam instituições cada vez mais disciplinadas, coesas e competentes no desempenho das altas e dificílimas tarefas que lhes estão (e serão) cometidas.

3. Os resultados das primeiras eleições portuguesas em liberdade, desde 1926, têm sido amplamente comentadas pelos órgãos de comunicação estrangeiras, os quais os observam e analisam segundo as suas próprias ópticas e motivações.

Seria fastidioso alinhar todas as opiniões expendidas, mas cumpre-nos imediatamente apontar o tom divisionista de certa imprensa ocidental: inglesa, alemã, francesa, espanhola e norte-americana — que pretende ver nas eleições portuguesas um triunfo das forças moderadas, isto é, do centro. Ora, como o que caracteriza, neste momento, a nossa vida política é a determinante revolucionária bem explicita nas decisões económicas e sociais legisladas em consequência da histórica Assembleia Revolucionária da noite de 11/12 de Março, facilmente podemos perceber onde pretendem chegar esses comentaristas ocidentais com a exaltação do "triunfo das forças moderadas de sabor reformista". Na realidade, estas eleições, situadas a meio do processo revolucionário, poderiam constituir um escolho difícil de transpor, caso as direitas surgissem com maioria.

Os resultados, porém, representam uma vitória da via socialista apontada pelo Conselho da Revolução depois do esmagamento do golpe contra-revolucionário de 11 de Março. Sendo assim, estas eleições, além dos aspectos pedagógico e cívico de que se revestiram, constituem uma ratificação irrefutável das medidas anti-monopolistas, fonte do poder socialista a implantar nos próximos anos em Portugal.

O MFA, pelo Conselho da Revolução — órgão supremo da Nação — pode, portanto, continuar a desempenhar a sua função de orientar o motor da vida política: agora com o precioso aval que lhe deu o Povo português ao votar maciçamente na via socialista.

É tranquilizador verificar que os partidos de raiz socialista somam, no seu conjunto, mais de 56% dos votos obtidos.

As amplas nacionalizações efectuadas nos sectores prioritários da economia, que entregam ao Estado possibilidades de intervenção de incalculável valor, podem mais facilmente ser realizados na prática, uma vez que os partidos de base socialista conseguiram amplo apoio das massas populares.

Para tanto é urgente que entre as forças verdadeiramente de esquerda se estabeleça uma plataforma de acção que lhes permita vencer as discórdias alimentadas durante a campanha eleitoral. Sem um pacto que defina prioridades e que uma essas forças naquilo que é fundamental para o caminho apontado pelo Conselho da Revolução não há viabilidade de levar a bom termo a finalidade proposta.

É urgente que o Povo português se convença que só muita organização, disciplina e trabalho árduo se pode vencer a batalha da produção, essencial para a nossa Revolução. Para esta tarefa exige-se que a aliança MFA — partidos de carácter Socialista seja cada vez mais sólida e operativa.

Não nos deixemos iludir com fátuos triunfalismos: o inimigo espreita todas as nossas divergências e fraquezas e não tardará em voltar ao ataque. O fascismo e o alto capitalismo mantêm-se ainda em muitas das nossas estruturas, pelo que seria pueril supor que Portugal iria entrar calmamente no socialismo.

Temos de continuar a inventar e a aplicar a nossa revolução.

Se soubermos resistir a pressões e chantagens externas e se soubermos fortalecer os laços entre o Movimento das Forças Armadas e os partidos autenticamente socialistas, por definição interessados na via revolucionária, a construção de um Portugal democrático e socialista está plenamente ao alcance do nosso Povo.

PELO SOCIALISMO UNIDOS NA DEFESA DA REVOLUÇÃO

(Cont. da pág. 1)

Portugal estão contra ela, ao lado do Povo. Urge portanto dividir as Forças Armadas para as eliminar e assim asfixiar a Revolução Portuguesa.

Mas quem ataca o MFA? Num momento em que a luta é contra um inimigo bem definido, o capital, seria de esperar que fossem as forças políticas a ele enfeudadas o seu mais encarniçado adversário. No entanto forças políticas que se dizem anti-fascistas e cujo papel dinamizador potencial não se contesta, conduzem no campo ideológico uma crítica corrosiva em que a própria negatividade ressalta ao apontarem a suposta negatividade do que fazem os outros. O sectarismo conduz por vezes à forma de auto-contemplação estéril e passiva, condenando de igual modo o que se faz e quanto não se faz. Abre-se portanto o campo às lutas abstratas, académicas que em vez de alcançarem o povo, o tornam insensível, desviando-o de tarefas políticas concretas. Pareceria ser portanto uma manifestação de inteligência política apoiar o MFA, na conquista de medidas que sem a vontade revolucionária do povo, não conseguiria rapidamente como militante com os mesmos objectivos, em vez de elemento fracturante.

A não ser que se pense possível a alguma força política sobreviver ao primeiro golpe da reacção com as forças armadas desagregadas.

Uma clara análise da realidade portuguesa, mostrará que as transformações conseguidas, apesar dos erros cometidos, não seriam possíveis por uma via diferente da que se vem seguindo, sem que isso não corresponda a um recuo no processo revolucionário.

Após a indicação dada pelas eleições que o povo português quer caminhar com a Revolução, criaram-se as condições para que se distingam as forças políticas que querem atingir o socialismo das que pretendem outras vias para o futuro português. A luta pelo socialismo exige formações capazes de mobilizar amplas camadas sociais. Não é portanto exclusivo da vanguarda proletária o objectivo socialista, e nessas amplas formações as diferentes tendências devem conservar o seu caracter próprio, agrupando-se os partidos e forças políticas numa frente unitária.

Não existe um modelo de socialismo que possa considerar-se padrão. As vias e formas de socialismo mudarão de acordo com as realidades culturais, económicas, políticas e históricas de cada país.

Estamos no umbral do socialismo no final de uma etapa e no começo de outra, numa situação delicada, um pouco fluida, que pode caracterizar-se pela alternativa de tentativas de golpes contra-revolucionários e abertura de brechas pela tensão social.

Partidos que se dizem socialistas não poderão tomar atitudes ambíguas que lhes trarão a desconfiança, a contestação e eventual perda da sua base social.

Quanto aos outros, a consciencialização progressiva do povo português na marcha para o socialismo, originará a diluição e desmoronamento das suas bases sociais, e a sua ir.amediável viragem para a oposição donde serão banidos pela dinâmica deste processo histórico.

É tempo, para as forças políticas verdadeiramente progressistas afinarem a sua pontaria, apontando para o inimigo comum, o fascismo e unidas alcançarem o objectivo fundamental da Revolução — o socialismo.

ALGUNS ESCLARECIMENTOS SOBRE O RELATÓRIO DO "11 DE MARÇO"

(Cont. da pág. 2)

possível mas não se esquecendo nunca que tem responsabilidades perante todo o povo português, tem responsabilidades perante o próprio Conselho da Revolução e responsabilidades perante a sua própria consciência.

Perg. — Portanto pode acontecer que alguns indivíduos que figuram na lista de implicados deixem de fazer parte dela?

Resp. — Admitimos que sim, como eu já referi. A Comissão de Inquérito trabalha sob o ponto de vista técnico, portanto ajuiza o grau de interveniência, ou melhor, determina qual foi a interveniência dos diversos indivíduos que estão implicados, e neste caso mantêm o termo implicado como está no anexo, e depois será o tribunal que os julgará.

A Comissão sente que poderá haver indivíduos que estão aqui mencionados que, quando for feito o juizo de valor, o juizo do seu comportamento, que venham até a ser absolvidos. O que é certo é que perante uma Comissão que está a trabalhar de uma forma técnica, quando se põe o problema que a guarnição de um avião traz pára-quedistas que vem armados para Lisboa para virem cercar o RAL1, pois à Comissão põe-se este problema: — veio ou não veio o indivíduo? Veio! Ele veio em meios, viu gente armada, viu o desenrolar de uma operação. Mas não tomou uma posição para obstar essa situação.

Claro que terá a sua justificação; ou não sabia o que se estava a processar, ou porque sabia e estava aderente, ou enfim, terão outras justificações. Não compete à Comissão de Inquérito fazer juizos de valor. A Comissão de Inquérito compete-lhe sim determinar se ele veio, e quanto possível, determinar também porque razão é que ele veio.

A PLATAFORMA DE ACORDO CONSTITUCIONAL E AS ELEIÇÕES

(Cont. da pág. 8)

apenas os candidatos que tiverem obtido mais de 20% dos votos no primeiro escrutínio.

(...)

3. CONSELHO DA REVOLUÇÃO

3.1 A constituição do Conselho da Revolução será a que se encontra definida na Lei Constitucional n.º 5/75, de 14 de Março.

3.1.1 Qualquer alteração à composição do Conselho da Revolução só poderá ser feita por legislação do próprio Conselho, de acordo com a deliberação da Assembleia do MFA.

3.2 O Conselho da Revolução terá por funções:

a) Definir, dentro do espírito da Constituição, as necessárias orientações programáticas da política interna e externa, e velar pelo seu cumprimento;

b) Decidir, com força obrigatória geral, sobre a constitucionalidade das leis e outros diplomas legislativos, sem prejuízo da competência dos Tribunais para apreciar a sua inconstitucionalidade formal;

c) Apreciar e sancionar os diplomas legislativos emanados da Assembleia ou do Governo quando respeitem às matérias seguintes:

1 — Linhas gerais da política económica, social e financeira.
2 — Relações externas, em especial com os novos países de expressão portuguesa e com os territórios ultramarinos em que ainda se mantenha a administração portuguesa.
3 — Exercício de liberdades e direitos fundamentais.
4 — Organização da defesa nacional e definição dos deveres desta decorrentes.
5 — Regulamentação de actividade política, em especial, a relativa a actos eleitorais.

d) Exercer a competência legislativa sobre matérias de interesse nacional de resolução urgente, quando a Assembleia Legislativa ou o Governo o não puderem fazer;

e) Vigiar pelo cumprimento das leis ordinárias e apreciar os actos do Governo ou da Administração;

f) Propor à Assembleia Legislativa alterações à Constituição em vigor;

g) Exercer a competência legislativa em matéria militar, devendo os respectivos diplomas, se envolverem aumento de despesas não comportáveis pelo orçamento aprovado, serem referendados pelo Primeiro-Ministro;

h) Autorizar o Presidente da República a fazer a guerra, em caso de agressão efectiva ou eminente, e a fazer a paz;

i) Pronunciar-se junto do Presidente da República sobre a escolha do Primeiro-Ministro e dos Ministros que devam ser da confiança do MFA;

j) Deliberar sobre a dissolução da Assembleia Legislativa quando o considere necessário à resolução de situações de impasse político;

k) Autorizar o Presidente da República a declarar o Estado de sítio e pronunciar-se sobre todas as emergências graves para a vida da Nação;

l) Pronunciar-se sobre a impossibilidade física, temporária ou permanente do Presidente da República;

m) Designar em caso de morte ou impedimento do Presidente da República, quem desempenhará interinamente as suas funções.

3.3 O Conselho da Revolução funcionará em regime de permanência, segundo regimento próprio que elaborará.

(...)

E. DISPOSIÇÕES DIVERSAS

(...)

2. PONTOS PROGRAMÁTICOS A INCLUIR NA CONSTITUIÇÃO

Além das disposições que constituem a base deste acordo, a Constituição deverá consagrar os princípios do Programa do Movimento das Forças Armadas, as conquistas legitimamente obtidas ao longo do processo, bem como os desenvolvimentos ao Programa impostos pela dinâmica revolucionária que, aberta e irreversivelmente empenhou o País na via original para um Socialismo Português.

TERCEIRO MUNDO

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES DO PETRÓLEO E INDÚSTRIAS QUÍMICAS

"Apoiar activamente os esforços do Povo Português para instaurar uma verdadeira Democracia e os esforços dos Povos recentemente libertados da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique pela edificação nacional."

(das Conclusões da Conferência)

Promovida pela União Geral dos Trabalhadores Argelinos e com a colaboração de numerosas organizações sindicais de todo o mundo, teve lugar em Argel nos dias 27 a 29 de Março a Conferência Internacional dos Trabalhadores do Petróleo e das Indústrias Químicas.

Presentes numerosos delegados de países do Terceiro Mundo (africanos, latino-americanos e asiáticos), países esses desde sempre espoliados dos seus recursos naturais pelos grandes "trusts" internacionais, num total de 54 delegações.

Na conferência participou uma delegação portuguesa, o que se reveste de especial interesse e significado dado o momento histórico que o nosso país está a viver.

A delegação portuguesa manteve estreitos contactos com as várias representações presentes e pode constatar a solidariedade manifestada por todos em relação ao nosso país.

No final da conferência, foram aprovados dois documentos, ambos por unanimidade: pela sua importância na compreensão dos problemas focados transcrevemos parte de um dos documentos:

1. Os representantes das organizações nacionais, e internacionais que participam na Conferência Internacional dos Trabalhadores do Petróleo e da Indústria Química, reunidos em Argel de 27 a 29 de Março de 1975, a convite da Federação Nacional dos Trabalhadores do Petróleo, Gás e Indústrias Químicas da Argélia para examinar o estado de luta contra o "cartel" do petróleo e os resultados deste exemplo no combate aos mecanismos de dominação capitalista, adoptam, com base no documento apresentado pela F. N. T. P. G. e as intervenções dos delegados, a presente análise da situação actual no sector petrolífero e indústrias petrolíferas, assim como as propostas de acção e luta das organizações sindicais e dos trabalhadores que actualmente sofrem a agressão dos monopólios e dos governos capitalistas, devido aos fracassos que estes sofreram nos últimos anos, e cujas consequências arrastam graves riscos para a situação de todos os trabalhadores e para a paz mundial.

2. O que alguns chamaram "crise do petróleo" não é, na realidade, senão um dos aspectos da crise actual do sistema capitalista, cuja profundidade revelou os problemas do petróleo.

Os problemas do petróleo são uma consequência directa da exploração capitalista das riquezas energéticas, pelos monopólios petrolíferos e pelo "cartel" internacional.

O "cartel" do petróleo:

a) Despojou os países produtores de riquezas sem nenhuma preocupação quanto ao futuro destes, sem nenhuma preocupação quanto ao desenvolvimento económico destes países e sem outra preocupação que não fosse o máximo lucro;

b) Expoliou as massas trabalhadoras dos países consumidores;

c) Impôs a estes países uma política energética que trava a utilização e a procura de outras fontes de energia, o que conduziu a um desenvolvimento anárquico.

3. Tal situação não podia, evidentemente, perpetuar-se sem nenhuma reacção dos Povos dos países produtores, impulsionados pela crescente vontade de recuperar as suas riquezas naturais e determinar, soberanamente, a sua utilização: nesta acção, depois das primeiras nacionalizações, particularmente na Líbia, Argélia e Iraque, a O. P. E. P. (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) desempenhou um importante papel.

Reacções também dos países produtores, que não querem continuar a suportar um crecente desequilíbrio, produzido pela inflacção, entre os preços de petróleo bruto que vendiam e os produtos que importavam.

Reacções dos trabalhadores e das forças progressistas dos países consumidores contra a hegemonia do "cartel" e a sua intervenção em todos os sectores: económico, em particular nos sectores energético e petroquímico, social e político.

Estas reacções contra a espoliação do "cartel" petrolífero levaram, além disso, à unidade de critérios em muitas ocasiões, em particular na resolução adoptada pela Comissão de Petróleo da O. I. T. em 1972. Nesta resolução, todas as organizações sindicais representadas pronunciaram-se favoravelmente quanto à nacionalização.

4. Este recuo da hegemonia do "cartel" petrolífero fez-se sobre a base da modificação da relação de forças, devido à existência e ao desenvolvimento do socialismo no mundo. Os países socialistas e todas as forças de progresso no mundo, desempenharam um importante papel, particularmente ao apoiar e ajudar a libertação política e económica dos povos.

5. A nefasta acção das sociedades multinacionais, evidenciada no caso particular do petróleo, é a mesma quanto às restantes matérias-primas e quanto às restantes sociedades multinacionais. Com as dramáticas consequências que provoca, põe a necessidade de acabar com o sistema de apropriação e exploração do capitalismo em crise.

Por um lado, nos países do Terceiro Mundo, a situação dos Povos agrava-se com a aparição da fome que põe em relevo a necessidade dum desenvolvimento não capitalista da agricultura e das actividades industriais com ela relacionada.

Por outro lado, nos países capitalistas desenvolvidos, a situação dos trabalhadores piora, com a diminuição do seu poder de compra, o desemprego, e o menosprezo das suas liberdades.

6. É natural que tal situação, que põe forçosamente o problema das trocas internacionais sobre bases novas, provoque tomadas de posição dos governos e a busca de soluções nas organizações internacionais. As organizações sindicais dos trabalhadores por sua vez, devem esforçar-se para encontrar medidas que possam fazer prevalecer através de acção conjunta.

Representando os interesses da classe operária, movidos pela vontade de promover o progresso social e agrupando os trabalhadores, que não têm interesses opostos qualquer que seja o seu país ou o sistema económico e social em que vivem, elas são as mais indicadas para propôr as melhores soluções.

7. As organizações sindicais reunidas na Conferência de Argel, consideram que devem:

— Denunciar as graves ameaças de caracter económico e militar proferidas pelo governo norte-americano contra os países produtores de petróleo;

— Denunciar o nefasto papel das sociedades petrolíferas nos seus próprios países e em todo o mundo e comprometer-se a actuar solidariamente contra todas as agressões tendentes a pôr em causa ou a reduzir a soberania dos países produtores sobre os seus recursos naturais;

— Protestar contra a campanha de falsidades e mentiras que atribui as dificuldades dos países consumidores às legítimas medidas tomadas pelos países produtores, mito que tem por objectivo escamotear a responsabilidade dos monopólios na actual situação;

— Fazer conhecer os lucros efectivos das sociedades petrolíferas e, portanto, todas as possibilidades que têm de satisfazer as reivindicações económicas e sociais dos trabalhadores bem como actuar firmemente para que estas sejam satisfeitas;

— Impedir que as sociedades petrolíferas desenvolvam as suas actividades noutros sectores económicos, particularmente no sector energético e petroquímico que têm como objectivo impor a sua hegemonia;

— Lutar pela nacionalização das actividades ligadas ao petróleo, desde a pesquisa até à distribuição e pela total eliminação das sociedades petrolíferas multinacionais. Esta acção deve estender-se também à causa da extinção da dominação do "cartel" nos sectores energético e petroquímico. A nacionalização é o único caminho para o desenvolvimento e o progresso social nos países produtores, através da utilização no seu próprio território do petróleo como matéria básica para a industrialização.

A nacionalização democrática é a única via de desenvolvimento e progresso nos países capitalistas desenvolvidos e é também um meio de assegurar a sua independência económica em conformidade com o interesse dos trabalhadores;

— Exigir que se estabeleçam relações entre os Estados em pé de igualdade, de forma a que se possam realizar trocas comerciais sobre bases justas, de matérias-primas por um lado, e de tecnologia e produtos manufacturados, incluindo os produtos alimentares pelo outro, com o objectivo de satisfazer as necessidades das massas populares; trabalhar para que acabe a supremacia do dólar e a anarquia do sistema monetário internacional, com o fim de fomentar ao máximo a industrialização dos países em vias de desenvolvimento;

— Lutar pelo estabelecimento de uma Nova Ordem Económica internacional em proveito dos trabalhadores e dos Povos;

— Denunciar a constituição e as actuações da Agência Internacional de Energia, submetida aos interesses do imperialismo norte-americano e, ao mesmo tempo, apoiar as justas decisões da Reunião dos Soberanos e Chefes de Estado da O. P. E. P. celebrada em Março em Argel;

— Actuar junto dos governos pela aplicação efectiva e rápida do programa de acção aprovado no Sexto Período Extraordinário de Sessões das Nações Unidas, que foi convocado por iniciativa do Presidente Houari Boumediène;

— Expressar a sua solidariedade activa aos trabalhadores e aos povos que lutam por estes objectivos e que, devido a isso, enfrentam as manobras das sociedades do "cartel" e das que as apoiam;

— Apelar a todos os sindicatos e todos os trabalhadores de todas as profissões bem como a todas as forças progressistas para que se unam na luta contra os monopólios.

8. Não sendo o problema do petróleo senão um aspecto particular do problema mais geral das matérias-primas, os participantes saúdam a iniciativa relativa à próxima celebração de uma Conferência Sindical Mundial sobre matérias-primas e o desenvolvimento. Chamam todas as organizações de todas as filiações e de todos os países para que nela participem.

Consideram que os trabalhos que realizaram podem constituir uma contribuição para a dita Conferência.

A PLATAFORMA DE ACORDO CONSTITUCIONAL E AS ELEIÇÕES

É importante termos presente que as eleições não foram mais que um "degrau" no processo revolucionário em curso, processo esse que continua e transcende actos eleitorais.

Como foi afirmado por destacados elementos do MFA e dos principais partidos políticos, o resultado eleitoral traduz, o apoio do Povo Português à via socialista preconizada pelo MFA.

É do conhecimento público (Boletim n.º 14), a assinatura de uma plataforma de acordo constitucional entre vários partidos (CDS; FSP; MDP; PCP; PPD; PS) e o MFA.

Recordamos neste período pós-eleitoral, os principais pontos da plataforma de acordo, que servirão de pano de fundo à actividade da Assembleia Constituinte:

(...)

B. OBJECTIVOS DA PLATAFORMA

1. Pretende-se estabelecer uma plataforma política comum, que possibilite a continuação da revolução política, económica e social iniciada em 25 de Abril de 1974, dentro do pluralismo político e da via socializante que permita levar a cabo, em liberdade, mas sem lutas partidárias estéreis e desagregadoras, um projecto comum de reconstrução nacional.

2. Os termos da presente plataforma deverão integrar a futura Constituição Política a elaborar e aprovar pela Assembleia Constituinte.

3. A presente plataforma será válida por um período designado por Período de Transição, com duração que será fixada na nova Constituição entre três a cinco anos, e que terminará com uma revisão constitucional.

C. ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, SEU FUNCIONAMENTO

ELABORAÇÃO E PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO POLITICA

(...)

2. Durante os trabalhos de elaboração da futura Constituição Política, será constituída uma Comissão do MFA que, em colaboração com os partidos que assinem o presente acordo, acompanhará os trabalhos da Constituinte, de forma a facilitar a cooperação entre os partidos e a impulsionar o andamento dos trabalhos, dentro do espírito do Programa do MFA e da presente plataforma.

(...)

4. Até à entrada em funcionamento dos novos órgãos de soberania definidos na nova Constituição Política, manter-se-ão com as suas actuais funções o Conselho da Revolução, a Assembleia do MFA e o Governo Provisório.

5. Tendo em conta que as próximas eleições se destinam unicamente à designação de uma Assembleia Constituinte, cuja missão exclusiva será elaborar e aprovar a Constituição, as eventuais alterações à composição do Governo Provisório, até à eleição da Assembleia Legislativa e à consequente formação do Governo, competirão somente à iniciativa do Presidente da República, ouvido o Primeiro-Ministro e o Conselho da Revolução.

6. Os partidos signatários desta plataforma comprometem-se a não pôr em causa a institucionalização do MFA, nos termos a seguir expostos, e a fazê-la incluir na nova Constituição juntamente com os restantes pontos acordados neste documento.

D. ESTRUTURA FUTURA DOS ÓRGÃOS DE PODER E SUAS ATRIBUIÇÕES

(...)

2. PRESIDENTE DA REPUBLICA

(...)

2.3 O presidente da República será eleito por um Colégio Eleitoral, para o efeito constituído pela Assembleia do MFA e Assembleia Legislativa.

2.3.1 As candidaturas deverão ser subscritas por um mínimo de 80 eleitores do Colégio.

2.3.2 A eleição será feita por maioria absoluta à primeira volta ou por maioria simples à segunda, sendo a esta admitidos

(Cont. na pág. 7)